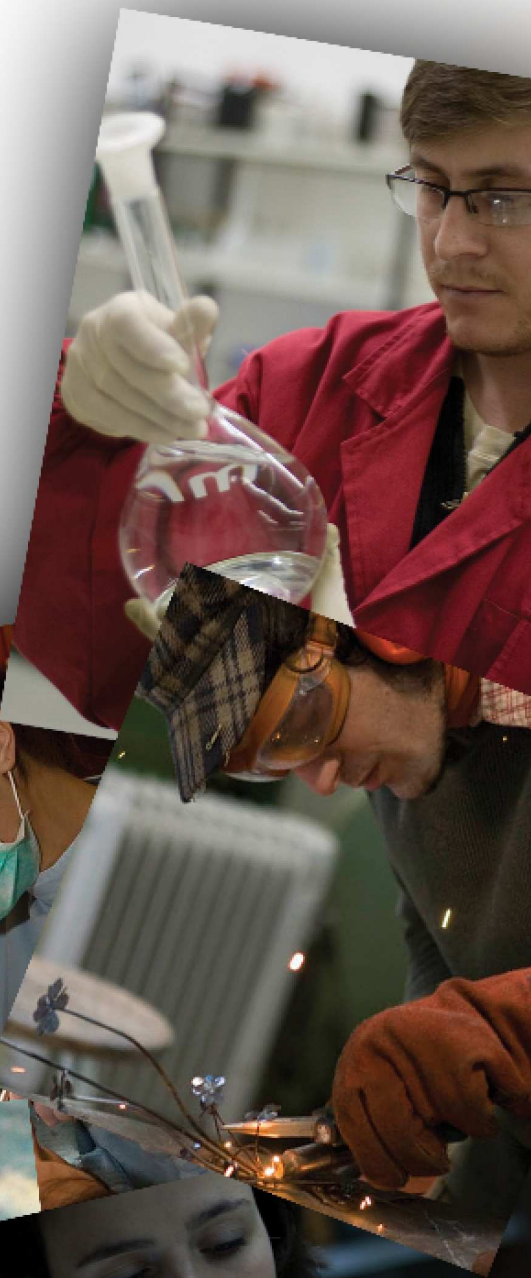


# RELATÓRIO

Transição para o trabalho  
dos licenciados da  
Universidade do Porto  
(2006-2007)

Carlos Manuel Gonçalves  
Isabel Menezes  
Maria Clara Martins

Setembro 2009



## **ÍNDICE**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>1. METODOLOGIA</b>	<b>5</b>
<b>2. CARACTERIZAÇÃO SOCIO-DEMOGRÁFICA DOS LICENCIADOS</b>	<b>7</b>
<b>3. SITUAÇÃO ACTUAL NO MERCADO DE TRABALHO</b>	<b>9</b>
<b>4. SATISFAÇÃO COM O EMPREGO ACTUAL</b>	<b>14</b>
<b>5. PRIMEIRO EMPREGO DOS LICENCIADOS</b>	<b>23</b>
<b>6. TRABALHADORES ESTUDANTES</b>	<b>32</b>
<b>7. TRAJECTÓRIAS NO MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO</b>	<b>35</b>
<b>8. AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÉMICA</b>	<b>39</b>
<b>9. PROJECTOS PARA O FUTURO E OBJECTIVOS DE VIDA</b>	<b>43</b>
<b>10. NOTAS COMPARATIVAS ENTRE OS RESULTADOS DO ESTUDO DOS LICENCIADOS DE 2005/06 E O ESTUDO DOS LICENCIADOS DE 2006/07</b>	<b>49</b>
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>54</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>57</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>59</b>

## **INTRODUÇÃO**

O presente Relatório expõe os resultados do estudo desenvolvido no âmbito do Observatório do Emprego da Universidade do Porto sobre a transição para o trabalho dos licenciados desta instituição que obtiveram a sua titulação académica no ano lectivo de 2006/2007. No actual contexto de profundas mudanças, que ocorrem a vários níveis no campo universitário português, o tema do acesso ao emprego, após um período longo de formação académica, e as trajectórias profissionais iniciais dos licenciados ganham uma visibilidade acrescida, particularmente quando inserido, em concomitância com outros temas, na questão mais global das articulações entre a Universidade, como instituição autónoma e fundamental das sociedades modernas, e o sistema económico. Inserção que deve possibilitar a reflexão e, se possível, a construção e aplicação de medidas pró-activas sobre as formas e ritmos de transição para o trabalho. Reflexão balizada pela não absolutização do tema, ocultando deste modo a densa complexidade e pluridimensionalidade, que marca as posições e trajectos dos licenciados no mercado de trabalho.

O estudo sobre os licenciados de 2006/2007 vem na continuação de um anterior que tomou por objecto os licenciados de 2005/2006. No plano da economia do actual texto, e enveredando-se por uma apresentação de natureza fundamentalmente descritiva, optou-se por estruturá-lo do seguinte modo: o ponto 1 aborda os traços que configuram a metodologia usada; no ponto seguinte serão passados em revista os atributos de natureza sociodemográfica que identificam a população inquirida; por sua vez, o ponto 3 centra-se na situação ocupacional dos licenciados à data de aplicação (Janeiro a Abril de 2009) do inquérito por questionário, ressaltando as suas principais posições no mercado de trabalho; estritamente relacionado com estas posições, o ponto seguinte versa, por via de uma análise multivariável, a satisfação face ao trabalho dos licenciados; a caracterização dos processos de acesso ao primeiro emprego e os atributos que este apresenta são abordados no ponto 5; os trabalhadores estudantes constituem o objecto do ponto seguinte; apresenta-se uma leitura mais dinâmica – fortemente referenciada à dimensão temporal - das trajectórias profissionais dos licenciados, no ponto 7; nos dois pontos seguintes, serão objecto de análise a avaliação da formação académica, os projectos para o futuro e os objectivos de vida dos licenciados; antecedendo a conclusão, apresenta-se um exercício comparativo entre os principais resultados do estudo dos licenciados de 2005/2006 e os respeitantes aos licenciados de 2006/2007. Em anexo explicitamos, entre outros elementos, informação detalhada por curso de acordo com as variáveis equacionadas.

Apresentamos uma palavra de profundo agradecimento à Vice-Reitora da Universidade do Porto, Professora Doutora Maria de Lurdes Correia Fernandes, pelo convite que nos endereçou para a elaboração do estudo.

O nosso apreço pela plena cooperação e eficácia do trabalho da Dra. Maria Assunção Costa Lima, do Gabinete do Antigo Estudante da Universidade do Porto. Aos membros dos sectores de inserção profissional das várias Faculdades da Universidade do Porto expressamos o nosso agradecimento pela sua activa participação na divulgação do inquérito por questionário e pelas sugestões apresentadas de reformulação deste instrumento: FAUP - Professor Luís Urbano; Dra. Susana Araújo; FBAUP – Dra. Joana Cunha; FCUP – Dra. Elisabete Rodrigues; FCNAUP – Dra. Conceição Costa; FDUP – Dra. Marinela Santos Silva; FADEUP – Professora Adília Silva e Dr. Paulo Colaço; FEP – Dra. Ana Carvalho; FEUP – Dra. Fernanda Correia; FFUP – Dra. Alice Santos Silva e Professor Luís Belo; FLUP – Dra. Ana Paula Soares; FMUP – Dra. Elisabete Loureiro; FMDUP – Professor Manuel Paulo; FPCEUP – Dr. Alexandre Campos e Dra. Rosa Maria; ICBAS – Dra. Mariana Pizarro

Este estudo só foi possível pela ampla participação dos licenciados. A nossa gratidão a todos pela disponibilidade demonstrada.

Porto, Setembro de 2009

## 1. METODOLOGIA

Para o presente estudo, tal como aconteceu com o anterior (Gonçalves, Menezes e Martins, 2009), mobilizou-se uma estratégia metodológica extensiva alicerçada no inquérito por questionário, o qual foi administrado à totalidade dos 3025 licenciados pela Universidade do Porto (UPorto) do ano lectivo de 2006/07<sup>1</sup>. De modo a possibilitar uma ampla e profícua análise dos processos de transição para o trabalho dos licenciados, principalmente tendo em conta a diversidade das suas formações académicas (65 cursos), e a comparabilidade face aos resultados, já divulgados, referentes aos licenciados de 2005/06, aquele inquérito encontra-se estruturado em vários temas (Anexo A): atributos sociodemográficos dos inquiridos; caracterização da situação laboral à data do inquérito; acesso ao primeiro emprego regular; caracterização do primeiro e do actual empregos regulares; satisfação face ao actual emprego regular; avaliação da formação académica; relação entre esta e as actividades profissionais; trajectória profissional global; trajectória de ensino e formação profissional após a conclusão da licenciatura; expectativas e projectos quanto à futura formação académica e à vida profissional; orientações face às principais dimensões da vida. Em termos teóricos e metodológicos, o estudo é parcialmente tributário de uma pluralidade, já extensa, de trabalhos, nacionais e internacionais, que elegeram como objecto de interesse o emprego dos diplomados pelo ensino superior, designadamente o universitário<sup>2</sup>.

Entre meados de Janeiro e início de Abril de 2009 ocorreu a aplicação *on-line* do inquérito por questionário<sup>3</sup>. As Faculdades, o Observatório do Emprego e o Gabinete do Antigo Estudante da Reitora da UPorto difundiram por carta ou e-mail aos licenciados um convite expresso para a sua colaboração no estudo, assumindo a qualidade de respondente. No decorrer do arco temporal de aplicação do inquérito, o convite foi, várias vezes, reiterado, usando-se igualmente, quando as informações biográficas o possibilitaram, o envio de *short message service* (sms).

---

<sup>1</sup> Entre 15 e 20 meses após a conclusão da licenciatura.

<sup>2</sup> Veja-se: Arroiteia e Martins, 1998; Inofor, 2000 e 2001; Alves, 2001 e 2005; Alves, 2007; Gonçalves, Parente e Veloso, 2001 e 2005; Teichler, 2005 e 2007; Schomburg e Teichler, 2006; Gonçalves (coord), 2009.

<sup>3</sup> O guião do inquérito esteve alojado durante aquele período no sítio da Universidade do Porto.

Quadro 1.1  
População, Amostra e Taxa de Resposta

Faculdades a)	População			Amostra			Taxa de Resposta (%)		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
FAUP	74	75	149	40	42	82	54,1	56,0	55,0
FBAUP	43	74	117	18	30	48	41,9	40,5	41,0
FCUP	138	283	421	106	194	300	76,8	68,6	71,3
FCNAUP	5	40	45	2	25	27	40,0	62,5	60,0
FADEUP	53	39	92	23	23	46	43,4	59,0	50,0
FDUP	43	62	105	17	25	42	39,5	40,3	40,0
FEP	183	215	398	100	107	207	54,6	49,8	52,0
FEUP	435	107	542	200	51	251	46,0	47,7	46,3
FFUP	33	87	120	18	48	66	54,5	55,2	55,0
FLUP	125	364	489	61	215	276	48,8	59,1	56,4
FMUP	50	137	187	28	82	110	56,0	59,9	58,8
FMDUP	12	33	45	6	21	27	50,0	63,6	60,0
FPCEUP	22	138	160	9	82	91	40,9	59,4	56,9
ICBAS	41	114	155	13	56	69	31,7	49,1	44,5
Total	1202	1728	3025	641	1001	1642	53,3	57,9	54,3

a) Faculdade de Arquitectura (FAUP); Faculdade de Belas Artes (FBAUP); Faculdade de Ciências (FCUP); Faculdade de Ciências da Nutrição e da Alimentação (FCNAUP); Faculdade de Desporto e Educação Física (FADEUP); Faculdade de Direito (FDUP); Faculdade de Economia (FEP); Faculdade de Engenharia (FEUP); Faculdade de Farmácia (FFUP); Faculdade de Letras (FLUP); Faculdade de Medicina (FMUP); Faculdade de Medicina Dentária (FMDUP); Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCEUP); Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS).

b) Fonte: GAUP.

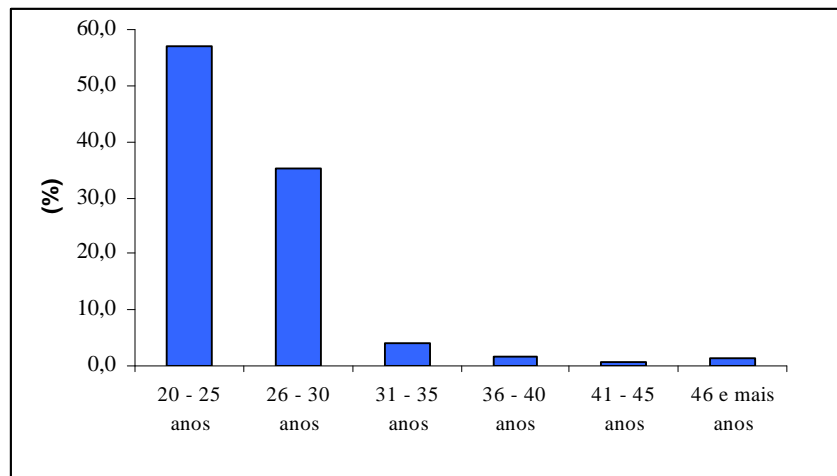
Demonstrativa de uma forte participação dos licenciados, encontra-se a elevada taxa de resposta que atingiu o expressivo valor de 54,3% do total de potenciais inquiridos (53,3% para os homens e 57,9% para as mulheres). Quer estes valores globais, quer os respeitantes às Faculdades (a taxa de resposta nestas varia entre 40,0% e 71,3%), apesar de algumas diferenças não fortemente significativas, testemunham a robustez da amostra intencional que sustenta o presente estudo<sup>4</sup>. Valores que são muito superiores aos obtidos em trabalhos nacionais e internacionais com objectivos idênticos e que, em simultâneo, traduzem uma superação, sempre parcial, de alguns dos constrangimentos que afectam estudos desta natureza como seja, entre outros, a desactualização dos endereços, físicos e electrónicos, dos licenciados, a disponibilidade destes para responderem a questões sobre a sua formação académica, vida profissional e pessoal, a adesão ao suporte técnico de inquirição e respectivo *lay-out* e sequência de questões colocadas.

<sup>4</sup> Em termos genéricos, idêntica conclusão pode ser extraída a partir dos dados por curso (Anexo B). Necessariamente do confronto entre os cursos, sobressaem diferenças que devem ser sempre aferidas face à ordem de grandeza dos licenciados. Sublinhe-se, mais uma vez, que na apreciação dos respectivos dados é fundamental ter presente o volume exíguo de respondentes em alguns dos cursos – o que é tributário especialmente do volume de licenciados ser também limitado.

## 2. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS LICENCIADOS

Seguindo a tendência da composição de género da população estudantil da UPorto e do ensino universitário português, nas últimas décadas, 61,0% das respondentes são mulheres<sup>5</sup>. A esmagadora maioria da população inquirida é solteira (89,6%). As restantes categorias de estado civil apresentam valores baixos ou mesmo residuais (casados, 6,6%; união de facto, 2,9%; divorciados, 0,7%; viúvo, 0,2%). Tal composição do estado civil decorre da estrutura etária fortemente jovem dos licenciados – 92,3% tinham, no primeiro trimestre de 2009, menos de 31 anos (com um peso relevante para o grupo etário dos 20 aos 25 anos). A média das idades é de 26,0 anos para as mulheres e 26,8 para os homens.

Gráfico 1.1  
Estrutura etária dos licenciados



Quer ao nível do local de naturalidade, quer de residência dos licenciados, o Grande Porto assume uma amplitude quantitativa destacada. A dimensão regional no recrutamento dos estudantes de licenciatura da UPorto, concomitantemente à atracção e à fixação de uma parcela, bastante significativa, dos indivíduos após a conclusão da sua formação académica naquela região, são traços a reter da leitura daqueles dados. No conjunto dos restantes concelhos de Portugal impera uma acentuada dispersão territorial com valores reduzidos à unidade ou próximos desta. O fluxo para a Europa não é displicente. O grosso do volume de licenciados nascidos fora da Europa adquire residência nos outros espaços territoriais (com relevância para o Grande Porto).

<sup>5</sup> Sobre a caracterização sociodemográfica dos licenciados inquiridos, consulte-se os dados por cursos no Anexo C – Quadros 1 a 8.

Quadro 2.1  
Local de nascimento e da residência dos licenciados (%)

	Nascimento	Residência
Grande Porto	54,0	62,4
Grande Lisboa	2,0	3,8
Restantes concelhos de Portugal	35,3	27,9
Outros países europeus	3,6	4,2
Fora da Europa	4,6	1,0
NR	0,5	0,7
Total	100,0	100,0

Em termos de nível de escolaridade dos familiares dos licenciados inquiridos, uma expressiva maioria relativa dos pais (48,1%) e das mães (48,7%) possuem o Ensino Básico (onde se destaca o 1º Ciclo do Ensino Básico). Por sua vez, 32,7% destas e 29,2% dos pais detêm um diploma de nível superior (com maior expressão no de licenciado). Tais resultados sobre o capital educacional da família de origem dos licenciados da UPorto são compagináveis com os obtidos em outros estudos<sup>6</sup>, e ilustram o alargamento da base social de recrutamento dos estudantes universitários, que vem ocorrendo nas décadas mais recentes. A proporção de cônjuges com o ensino superior é elevada (62,9%). Traduzindo o actual incremento das qualificações académicas, ao nível da sociedade portuguesa, saliente-se os valores daqueles que detêm um título de mestre ou doutor.

Quadro 2.2  
Níveis de escolaridade dos familiares dos licenciados (%)

	Pai	Mãe	Cônjuge
Sem habilitações	1,9	2,0	-
Ensino Básico - 1º Ciclo	24,0	25,5	0,5
Ensino Básico - 2º Ciclo	7,6	7,8	1,9
Ensino Básico - 3º Ciclo	16,5	15,4	5,2
Ensino Secundário	19,4	15,1	21,1
Bacharelato	5,1	6,8	4,7
Licenciatura	19,8	22,7	45,1
Mestrado	1,7	1,7	8,9
Doutoramento	2,6	1,5	4,2
NR	1,3	1,4	8,4
Total	100,0	100,0	100,0

<sup>6</sup> Como é o caso, entre outros, de Almeida *et al* (2003), Alves (2001 e 2005); Balsa (2001); Gonçalves, Parente e Veloso (2001 e 2004); Estanque e Nunes (2002 e 2003); Mauritti e Martins (2007); Gonçalves, Menezes e Martins (2008).



### 3. SITUAÇÃO ACTUAL NO MERCADO DE TRABALHO DOS LICENCIADOS

À data de aplicação do inquérito – Janeiro a Abril de 2009 – 69,0% do total dos licenciados respondentes (1642) têm uma actividade profissional (incluindo os bolseiros num projecto de investigação)<sup>7</sup>. A formação e o estágio profissional (obrigatório para o prosseguimento das respectivas carreiras profissionais para alguns dos licenciados) ocupam 10,5% e, por sua vez, a condição de estudante é assumida por 9,4%. No desemprego estão 9,9% dos licenciados, variando segundo o género – 10,9% para as mulheres e 8,5% para os homens<sup>8</sup>. Conforme é apontado no quadro abaixo, detecta-se uma certa variabilidade entre as proporções de cada uma das categorias da situação ocupacional para cada uma das Faculdades, designadamente quanto ao emprego (com especial nota para a situação de bolseiro), ao desemprego, ao estudante de doutoramento e ao estágio profissional (intimamente ligada às exigências institucionais para o futuro do licenciado como profissional devidamente credenciado).

Quadro 3.1  
Situação ocupacional actual dos licenciados (% em linha)

	Empregado	Bolseiro projecto de investigação	Desemprega do	Estudante a)	Estudante b)	Formação Profissional	Estágio Profissional	Outra situação
FAUP	56,8		14,8	1,2	1,2	2,5	21,0	2,5
FBAUP	47,9		29,2	8,3		4,2	10,4	
FCUP	47,7	7,3	11,3	13,0	11,7	0,7	7,0	1,3
FCNAUP	70,4	7,4	3,7	-	11,1	3,7	3,7	
FADEUP	87,0		2,2	4,3			6,5	
FDUP	9,8			2,4			87,8	
FEP	82,1		7,7	2,4	1,0		6,3	0,5
FEUP	80,1	3,2	6,8		4,4		4,8	0,8
FFUP	71,6	4,5	7,5	3,0	13,4			
FLUP	64,0	1,1	15,6	8,7	1,8	0,4	5,8	2,5
FMUP	82,7				0,9	3,6	11,8	0,9
FMDUP	96,3						3,7	
FPCEUP	61,5	1,1	20,9	3,3	3,3	1,1	8,8	
ICBAS	72,5	1,4	1,4	4,3		1,4	17,4	1,4
Total	66,6	2,4	9,9	5,1	4,3	0,9	9,6	1,1

Legenda: a) Estudante de Licenciatura ou Mestrado ou Pós-graduação; b) Estudante de Doutoramento.

<sup>7</sup> Dados por curso sobre a situação actual no mercado de trabalho podem ser consultados no Anexo C – Quadros 9 a 21.

<sup>8</sup> Para o 1º trimestre de 2009, a taxa de desemprego a nível nacional é de 8,9% (8,1% para os homens e 9,7% para as mulheres). Para o mesmo período na Região Norte este indicador situa-se nos 10,1% (9,2% para os homens e 11,0% para as mulheres). Cf. Estatística do Emprego do Instituto Nacional de Estatística.

Focalizando-nos unicamente naqueles licenciados que estão a exercer uma actividade profissional, importa, em estilo sociográfico, apontar alguns elementos de identificação das suas posições no mercado de trabalho. Em primeiro lugar, e em relação à profissão<sup>9</sup>, o grupo profissional dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas destaca-se quantitativamente. Os três primeiros grupos da CNP, que se caracterizam pelos seus elevados recursos educacionais, materiais e simbólicos comparativamente aos restantes, representam 85,2% dos licenciados empregados à data de aplicação do inquérito por questionário. O valor limitado que apresenta o grupo dos Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa decorre do facto dos licenciados ainda estarem numa fase bastante inicial da sua trajectória profissional e por isso não reunirem as condições, em especial competências e tempo de experiência profissional, para ocuparem funções de direcção nas organizações empregadoras, públicas e privadas. Grupos com menores qualificações profissionais - Pessoal Administrativo e Similares e Pessoal dos Serviços e Vendedores - correspondem a cerca de um décimo dos inquiridos.

Quadro 3.2.  
Grupos profissionais do emprego actual dos licenciados

	%
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	5,9
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	63,9
Técnicos e profissionais de nível intermédio	15,4
Pessoal Administrativo e Similares	7,1
Pessoal dos Serviços e Vendedores	4,3
Membros das Forças Armadas	0,4
Trabalhadores não qualificados	0,4
NR	2,6
Total	100,0

Se adoptarmos um nível de desagregação mais fina dos grupos profissionais (não esquecendo a pluralidade de actividades profissionais que se relacionam, embora não directamente, com as licenciaturas da UPorto), importa apontar, em jeito unicamente de nota, algumas das profissões com maior relevância quantitativa no conjunto dos licenciados – médico-internato (11,2%); engenheiro (10,1%); consultor (4,3%); professor do ensino básico e secundário (8,9%); economista (4,5%); escriturário (3,9%); psicólogo (2,3%); médico dentista (2,4%); arquitecto (3,5%); farmacêutico (3,7%).

O assalariamento predomina fortemente no seio dos licenciados (83,9%), enquanto o peso do trabalho independente poderá indiciar a existência de situações de “falsos independentes”. A instabilidade e precariedade contratual, nas suas várias formas, abrangem 70,4% dos nossos inquiridos. Têm uma maior expressão quantitativa o contrato a termo certo e o contrato de prestação de serviços/recibos verdes. A empresa privada na qualidade de

<sup>9</sup> Para o efeito é usada a actual Classificação Nacional de Profissões (CNP).

organização empregadora destaca-se, seguida distanciadamente da empresa de capitais mistos. A Administração Pública queda-se por uma proporção relativamente baixa (7,1%). Por outro lado, a maioria trabalha no Grande Porto (55,6%) e tem um horário de trabalho semanal superior a 31 horas (78,9%) e designadamente 43,4% com mais de 40 horas.

Quadro 3.3.  
Situação, vínculo contratual e tipo de organização do emprego actual dos licenciados

	%
<b>Situação Laboral</b>	
Trabalhador por conta própria com empregados	1,3
Trabalhador por conta própria sem empregados	1,7
Trabalhador independente	12,6
Trabalhador por conta de outrem	80,6
Bolseiro num projecto de investigação científica	3,3
Outra situação	0,2
NR	0,3
Total	100,0
<b>Vínculo Contratual</b>	
Contrato de trabalho sem termo	28,6
Contrato de trabalho a termo certo	38,7
Contrato de trabalho a termo incerto	10,6
Contrato de prestação de serviços/recibos verdes	12,8
Bolsa de investigação no âmbito de um projecto de investigação	3,0
Avença	2,0
Sem contrato	3,3
NR	1,0
Total	100,0
<b>Tipo de Organização</b>	
Empresa Privada	64,2
Empresa Pública	9,3
Empresa Mista	10,2
Administração Pública Central e Regional	3,9
Administração Pública Local	3,2
Instituto Público	3,5
Instituição Particular de Solidariedade Social	2,1
NR	3,6
Total	100,0

Quanto à distribuição sectorial do emprego actual dos licenciados, as Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais, a Saúde e acção social e a Educação sobressaem face aos demais sectores. O sector primário é quase inexpressivo, o secundário absorve 14,7% dos inquiridos (em que se destaca a Construção) e, em contrapartida, no terciário trabalham 83,0%.

Quadro 3.4

Sectores de actividade do emprego actual dos licenciados

	%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	0,7
Pesca	0,1
Indústrias Extractivas	0,4
Indústrias transformadoras	5,0
Produção e distribuição de electricidade, de gás e água	1,4
Construção	8,3
Comércio por grosso e a retalho	4,2
Alojamento e restauração	0,9
Transportes, armazenagem e comunicações	2,9
Actividades financeiras	9,0
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	2,8
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2,6
Educação	14,1
Saúde e acção social	22,0
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	24,5
NR	1,1
Total	100,0

Sobre o rendimento mensal líquido, um segmento expressivo dos licenciados distribui-se, não de modo bastante desigual em termos proporcionais, por três escalões compreendidos entre os 501 e os 1400 euros (embora mereça destaque o escalão dos 801 aos 1100 euros). Cerca de um décimo auferem um rendimento igual ou inferior a 500 euros. Somente 11,4% dos respondentes indicam rendimentos superiores a 1400 euros. Solicitados a posicionarem-se face ao rendimento que recebem, 52,5% consideram que o rendimento actual dá para viver. Para 42,6% a avaliação é menos positiva; indicam explicitamente ser difícil ou muito difícil viver com o seu rendimento. Uma reduzida percentagem (3,9%) assume uma posição bem diferenciada dos demais.

Quadro 3.5.

Rendimento mensal líquido e posicionamentos sobre o rendimento

Escalões (em euros)	%
Igual ou inferior a 500	8,6
De 501 - 800	21,1
De 801 - 1100	32,3
De 1101 - 1400	25,8
De 1401 - 1700	7,5
Igual ou superior a 1701	3,9
NR	=,8
Total	100,0
Posicionamentos sobre o rendimento	
O rendimento actual permite viver confortavelmente	3,9
O rendimento actual dá para viver	52,5
É difícil viver com a remuneração actual	15,7
É muito difícil viver com o rendimento actual	26,9
NR	1,0
Total	100,0

Em termos globais, os respondentes avaliam satisfatoriamente o grau de adequação das funções que desempenham no emprego actual face à formação obtida na sua licenciatura na UPorto<sup>10</sup>. Estamos perante um dado indicativo da qualidade das articulações entre o ensino e o mercado de trabalho para uma parcela bastante significativa dos licenciados. Por sua vez, é compaginável com os valores sobre o grau de satisfação face ao trabalho que abordaremos mais à frente. Directamente influenciadas pelas condições de acesso e pelas posições no mercado de trabalho, que parcialmente reflectem a formação académica dos licenciados, observam-se descoincidências de médias entre as várias Faculdades (a média varia entre 2,59 e 4,60).

Quadro 3.6  
Relação entre o emprego actual e a formação académica

	Média	Desvio-Padrão
FAUP	4,29	0,938
FBAUP	2,59	1,622
FCUP	3,77	1,417
FCNAUP	4,00	1,188
FADEUP	4,17	1,129
FDUP	3,33	2,082
FEP	3,67	0,852
FEUP	4,03	1,000
FFUP	3,98	0,897
FLUP	3,55	1,419
FMUP	4,60	0,866
FMDUP	4,50	0,707
FPCEUP	3,91	1,007
ICBAS	4,07	1,265
Total	3,92	1,178

Para 59,9% dos licenciados, as funções desempenhadas no emprego actual só podem ser executadas por alguém com a mesma licenciatura. Estamos perante uma clara apreciação subjectiva de uma articulação forte, se não mesmo exclusiva, entre a profissão e a licenciatura. Por sua vez, 21,2% admitem que as suas funções possam ser executadas por indivíduos com uma licenciatura diferente da sua, expressando uma clara situação de intermutabilidade entre formações académicas que ganha um espaço acrescido face à complexidade que toma, no presente, a divisão e organização do trabalho. A sobrequalificação académica caracteriza o trabalho de 15,5%. A subqualificação académica regista um valor residual (2,9%).

<sup>10</sup> Numa escala de 1 = nada adequado a 5 = muito adequado.

#### 4. SATISFAÇÃO COM O EMPREGO ACTUAL

Tal como salientamos no relatório anterior, a satisfação com o emprego é um constructo multidimensional que remete para diferentes dimensões da relação com o emprego (Locke, 2002; Wolniak e Pascarella, 2005). Também aqui foi realizada uma análise factorial “*maximum likelihood*” com rotação *varimax para* identificar as dimensões da satisfação com o emprego dos diplomados da UPorto; foram extraídos 4 factores que explicam 56% da variância (Quadro 4.1)<sup>11</sup>. A estrutura factorial manteve-se a mesma; o item “condições do local de trabalho” satura de forma similar nos factores 3 e 4, mas manteve-se no factor 4 por razões de comparabilidade com a anterior edição do observatório. Os quatro factores são os seguintes: *satisfação com as oportunidades de aplicação e desenvolvimento de conhecimentos e competências, satisfação com a carga do trabalho, satisfação com a autonomia e relacionamento no contexto de trabalho e satisfação com os benefícios instrumentais do trabalho*. Também aqui se constata a elevada consistência interna destes factores, como se pode observar pela análise dos valores do alfa de Cronbach (Quadro 4.2).

Quadro 4.1  
Análise factorial dos itens da satisfação com o trabalho

	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4
Aprender novos conhecimentos	<b>,790</b>	,066	,236	,152
Utilização de conhecimentos	<b>,762</b>	,111	,311	,156
Desenvolvimento capacidades	<b>,609</b>	,046	,517	,144
Variedade de tarefas	<b>,599</b>	,057	,333	,265
Prestígio profissional	<b>,548</b>	,161	,196	,438
Duração do horário	,064	<b>,888</b>	,118	,145
Tempo livre disponível	,038	<b>,845</b>	,133	,067
Carga de trabalho	,101	<b>,811</b>	,153	,158
Autonomia no trabalho	,235	,144	<b>,762</b>	,074
Responsabilidade execução	,385	,049	<b>,552</b>	,211
Tomada de decisões	,327	,119	<b>,543</b>	,417
Relação com superiores	,236	,251	<b>,490</b>	,267
Relação com colegas	,198	,167	<b>,395</b>	,161
Condições local de trabalho	,197	,249	<b>,323</b>	<b>,279</b>
Situação contratual	,054	,065	,135	<b>,683</b>
Remuneração	,204	,192	,146	<b>,652</b>
Progressão na carreira	,440	,037	,252	<b>,560</b>
Bem-estar	,325	,335	,205	<b>,460</b>
Frequência de formação	,380	,104	,173	<b>,382</b>

<sup>11</sup> Dados por curso sobre a situação actual no mercado de trabalho podem ser consultados no Anexo C – Quadro 40 e segs.

Quadro 4.2  
Consistência interna das dimensões da satisfação com o trabalho

Dimensões da satisfação com o trabalho	Nº de itens	Valor do $\alpha$ de Cronbach
Oportunidades de aplicação e desenvolvimento de conhecimentos e competências	5	.88
Carga do trabalho	3	.90
Autonomia e relacionamento no contexto de trabalho	5	.80
Benefícios instrumentais do trabalho	6	.78

A correlação entre todas estas dimensões é sempre significativa (Quadro 4.3), com particular magnitude entre a autonomia e relacionamento, a aplicação e desenvolvimento de conhecimentos e competências e os benefícios instrumentais do trabalho – quanto mais os diplomados avaliam positivamente o clima relacional e a autonomia no contexto de trabalho, mais sentem que têm oportunidades de aplicar e desenvolver conhecimentos e competências e mais satisfeitos estão com os benefícios do trabalho.

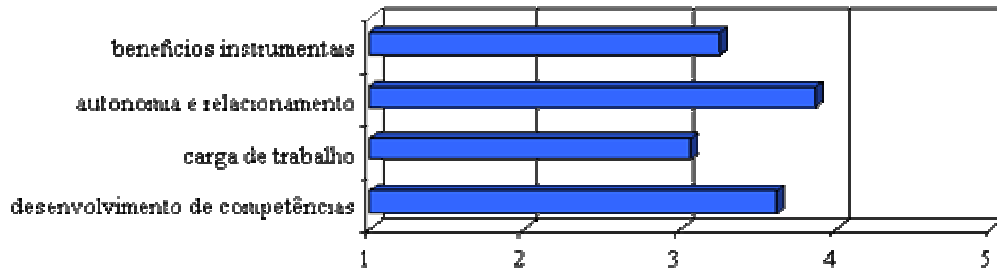
Quadro 4.3  
Consistência interna dos factores de satisfação com o trabalho

	Des_Comp	Carg	Aut_Rel	Ben_Inst
Aplicação e desenvolvimento de competências (Des_Comp)	1			
Carga do trabalho (Carg)	,253**	1		
Autonomia e relacionamento (Aut_Rel)	,695**	,352**	1	
Benefícios instrumentais do trabalho (Ben_Inst)	,646**	,376**	,626**	1

\*\* correlação significativa para  $p \leq .01$

Se atendermos agora à avaliação destas dimensões pelos diplomados da Universidade do Porto (Gráfico 4.1), constatamos que as mais valorizadas são as oportunidades de autonomia e relacionamento e de desenvolvimento de competências, sendo moderadamente positiva a satisfação com os benefícios instrumentais e com a carga de trabalho.

Gráfico 4.1  
Valorização das diversas dimensões da satisfação com o trabalho



**a. Variações em função da Faculdade**

Como seria de esperar, há uma variação significativa da avaliação destas dimensões em função da Faculdade (Gráficos 4.2 a 4.5).

Gráfico 4.2  
Satisfação com a autonomia e relacionamento em função da Faculdade

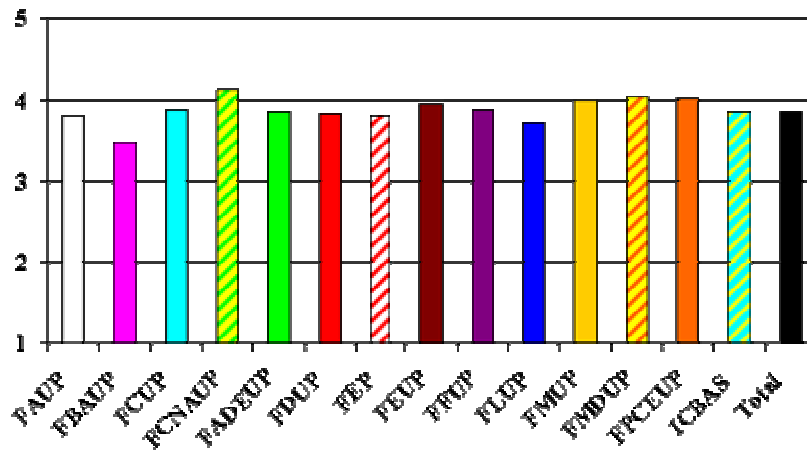




Gráfico 4.3  
Satisfação com as oportunidades de aplicação e desenvolvimento de competências em função da Faculdade

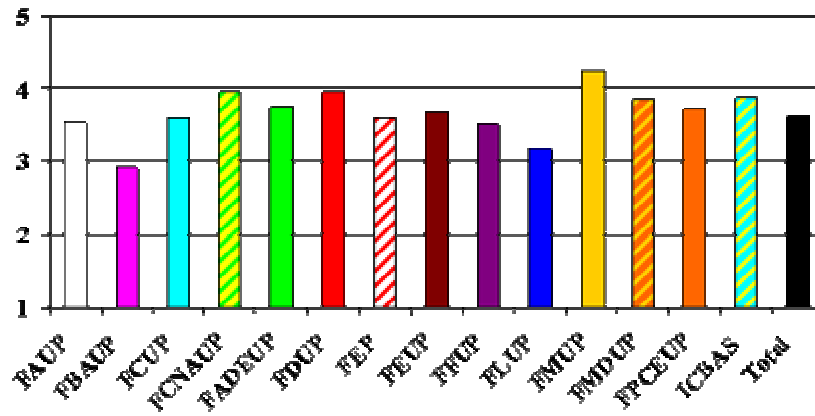


Gráfico 4.4  
Satisfação com os benefícios instrumentais em função da Faculdade

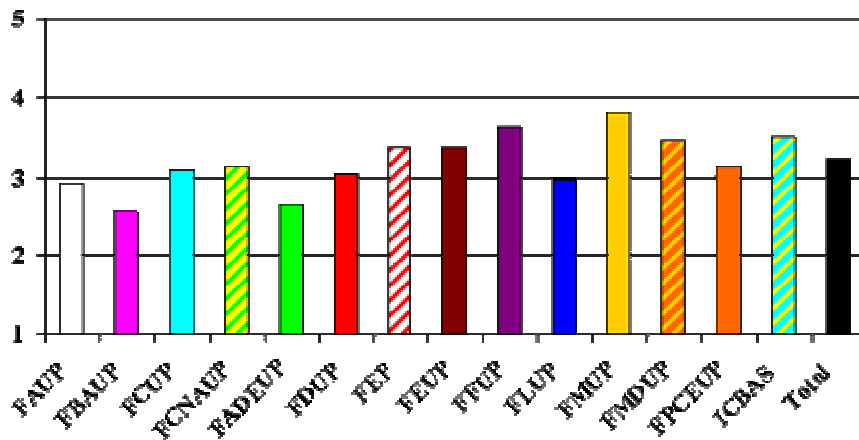
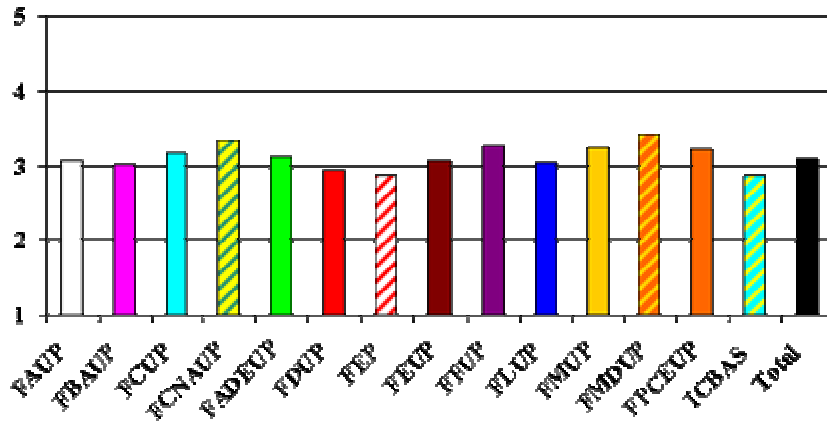


Gráfico 4.5  
Satisfação com a carga do trabalho em função da Faculdade



No entanto, nem sempre esta variação é muito expressiva. Por exemplo, a satisfação com a autonomia e o relacionamento no contexto de trabalho situa-se à volta de 4 (ligeiramente acima ou abaixo) para os diplomados todas as Faculdades, sugerindo níveis de satisfação positiva e similar em todos os casos. O mesmo acontece na satisfação com a carga de trabalho. É apenas quanto aos benefícios instrumentais do trabalho e às oportunidades de aplicação e desenvolvimento de conhecimentos e de competências que parece existir uma variação mais expressiva em função da Faculdade.

### **b. Variações em função do género**

Contrariamente aos dados da anterior edição do observatório, não se verificam diferenças significativas na satisfação com o emprego em função do sexo.

### **c. Preditores da satisfação**

Tal como fizemos na anterior edição do observatório, e na linha da investigação neste domínio (e.g., Fricko e Beehr, 1992; Garcia-Aracil, Gabaldon, Mora e Vila, 2007; Schomburg, 2007; Wolniak e Pascarella, 2005), exploramos os factores que predizem a satisfação dos diplomados no emprego, destacando aspectos como o género, os objectivos de vida, o tipo de emprego e, especialmente, a congruência entre a formação e as funções desempenhadas. Os preditores considerados são os seguintes:

- i. *sócio-biográficos*, como o género, a idade e o estatuto no último ano da licenciatura;
- ii. *objectivos de vida* relacionados com a valorização de diversos domínios da vida, como a família, o trabalho, o lazer, ...
- iii. *características do trabalho*, incluindo a situação (ser trabalhador por conta de outrem) e vínculo contratual (ter um contrato de trabalho sem termo), o horário de trabalho e a dimensão da organização;
- iv. *congruência entre a formação e as funções*, tanto auto-percebida – a partir de uma medida geral de adequação “*Qual o grau de adequação das funções que desempenha à formação obtida na sua licenciatura?*” e da avaliação da medida em que “*As funções que desempenha só poderiam ser desempenhadas por uma outra pessoa com uma licenciatura idêntica à sua?*” – como hetero-

avaliada a partir do tipo de actividade profissional desempenhado (sendo congruentes as actividades que se enquadram nos grupos dos *Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas* e dos *Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa*).

Os Quadros 4.4 e 4.5 caracterizam, em função destes factores, a amostra dos diplomados da Universidade do Porto que exerciam uma actividade profissional na altura do inquérito (N=1013), independentemente do seu estatuto no último ano do curso. É de destacar que a maioria são trabalhadores por conta de outrem com vínculo precário, desempenhando actividades profissionais congruentes com a formação.

Quadro 4.4  
Género, características do trabalho e congruência na amostra de diplomados)

Variável	%
Sexo	
Feminino	58,1
Masculino	41,9
Estatuto no último ano da licenciatura	
Estudante	66,6
Outra situação (trabalhos ocasionais, ...)	33,4
Situação contratual	
Trabalhador por conta de outrem	83,2
Outra situação (trabalhador por conta própria, independente, ...)	16,8
Vínculo contratual	
Contrato de trabalho sem termo	29,8
Outra situação (contrato a termo, recibos verdes, avença)	70,2
Horário de trabalho	
Até 30 horas semanais	20,9
De 31 a 40 horas semanais	34,8
Mais de 40 horas semanais	44,3
Dimensão da organização	
Micro-empresa (até 10 trabalhadores)	18,7
Pequena e média empresa (de 11 a 500 trabalhadores)	43,7
Grande empresa (mais de 500 trabalhadores)	37,6
Adequação da licenciatura às funções	
Nada adequada	5,0
Pouco adequada	6,4
Moderadamente adequada	17,7
Bastante adequada	32,3
Totalmente adequada	38,6
A função podia ser exercida por outra pessoa ...	
... com licenciatura igual ou similar	60,0
... com outra licenciatura ou formação	40,0
Tipo de actividade profissional	
Grupo profissional congruente com a formação	71,5
Grupo profissional não congruente com a formação	18,5

Quadro 4.5  
Idade e objectivos de vida na amostra de diplomados (N=1013)

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Idade	22	56	26,21	3,754
Objectivos de vida				
Família	2	5	4,80	0,505
Amigos	2	5	4,60	0,603
Trabalho	2	5	4,28	0,698
Cultura e lazer	1	5	4,20	0,712
Participação cívica	1	5	3,61	0,953
Participação política-partidária	1	5	2,23	1,118

A análise de regressão linear (Quadro 4.6) revela que os diferentes factores têm um poder explicativo diferenciado para as diversas dimensões da satisfação com o trabalho: de forma muito expressiva para a satisfação com as oportunidades de aplicação e desenvolvimento de conhecimentos e competências ( $R^2$  ajustado=, 418) e com os benefícios instrumentais do trabalho ( $R^2$  ajustado=,306); e com menor poder explicativo para a satisfação com a autonomia e relacionamento e com a carga de trabalho. Novamente é baixa a variância explicada pelas variáveis sócio-biográficas e relacionadas com os objectivos de vida, as variáveis relacionadas com as condições de trabalho têm um impacto diverso em função das dimensões da satisfação, e as variáveis relacionadas com a consistência entre a formação e o emprego têm um considerável incremento explicativo, com excepção da carga de trabalho.

Quadro 4.6  
Satisfação com emprego actual (regressão linear)

Model	R	R <sup>2</sup>	R <sup>2</sup> ajustado	Erro padrão	Estatísticas de mudança				
					Mudança de R <sup>2</sup>	Mudança F	df1	df2	Sig. Mudança F
Satisfação com a autonomia e relacionamento									
1	,063a	,004	,000	,66405	,004	,899	3	687	,441
2	,255b	,065	,053	,64612	,061	7,444	6	681	,000
3	,274c	,075	,055	,64556	,010	1,197	6	675	,306
4	,425d	,180	<b>,158</b>	,60907	,105	28,763	3	672	,000
Satisfação com as oportunidades de aplicação e desenvolvimento de conhecimentos e competências									
1	,077a	,006	,002	,86967	,006	1,360	3	687	,254
2	,219b	,048	,035	,85483	,042	5,009	6	681	,000
3	,331c	,109	,089	,83051	,061	7,744	6	675	,000
4	,658d	,433	<b>,418</b>	,66382	,324	128,185	3	672	,000
Satisfação com os benefícios instrumentais									
1	,140a	,020	,015	,78829	,020	4,575	3	687	,004
2	,216b	,047	,034	,78080	,027	3,205	6	681	,004
3	,480c	,231	,214	,70442	,184	26,949	6	675	,000
4	,569d	,324	<b>,306</b>	,66170	,093	30,994	3	672	,000
Satisfação com a carga de trabalho									
1	,066a	,004	,000	,98387	,004	1,008	3	687	,388
2	,186b	,035	,022	,97309	,030	3,551	6	681	,002
3	,371c	,138	,119	,92365	,103	13,477	6	675	,000
4	,393d	,154	<b>,131</b>	,91693	,016	4,306	3	672	,005

a. Preditores: (Constante), estudante a tempo inteiro no último ano do curso, sexo, idade  
b. Preditores: (Constante), a + partic\_polit\_partidaria, família, cultura\_lazer, trabalho, particip\_civica, amigos  
c. Preditores: (Constante), a + b + PME, contrato de trabalho sem termo, mais de 40 horas semanais, trabalhador por conta de outrem, micro empresa, menos de 30 horas semanais  
d. Preditores: (Constante), a + b + c+ grau de adequação das funções à formação (auto-avaliação), adequação da formação ao trabalho (auto-avaliação), adequação da função à qualificação (hetero-avaliação)

A análise comparativa dos preditores para cada dimensão é congruente com este perfil geral (Quadro 4.7). O sexo (feminino, neste caso) prediz de forma negativa, a satisfação com a autonomia e o relacionamento. O ter sido estudante a tempo inteiro prediz a satisfação com os benefícios instrumentais e a carga de trabalho. A valorização dos amigos enquanto objectivo da vida emerge como preditor da satisfação em todas as dimensões – sugerindo que se pode tratar aqui de um indicador da satisfação com as redes sociais eventualmente associado com a fruição do trabalho; a maior importância atribuída à cultura e lazer prediz, pela negativa e como seria de esperar, a satisfação com a carga de trabalho. É curioso ver como a importância atribuída à participação política prediz, de forma positiva, a satisfação com a autonomia e o relacionamento e com os benefícios instrumentais. As características do trabalho (tipo de vínculo, horário e tipo de empresa) são especialmente relevantes para explicar a satisfação com os benefícios instrumentais do trabalho, mas também com as oportunidades de aplicação e desenvolvimento de competências. A congruência (auto-avaliada) é significativa para explicar a satisfação com todas as dimensões da satisfação com o trabalho.

Quadro 4.7  
Impacto dos preditores para as várias dimensões da satisfação

Modelo	Satisfação com ...											
	<i>a autonomia e relacionamento</i>			<i>as oportunidades de aplicação e desenvolvimento de competências</i>			<i>os benefícios instrumentais</i>			<i>a carga de trabalho</i>		
	Beta	t	Sig.	Beta	t	Sig.	Beta	t	Sig.	Beta	t	Sig.
(Constant)		5,684	,000		2,158	<b>,031</b>		2,116	,035		2,569	,010
Sexo	-,074	-1,972	<b>,049</b>	,008	,245	,806	,021	,614	,540	-,030	-,780	,436
Idade	-,049	-1,351	,177	-,048	-1,591	,112	-,054	-1,623	,105	-,004	-,104	,917
Estudante a tempo inteiro no último ano do curso	,015	,429	,668	-,016	-,546	,585	,077	2,341	<b>,020</b>	,075	2,040	<b>,042</b>
Objectivos de vida: trabalho	,006	,142	,887	,048	1,453	,147	,044	1,236	,217	,007	,167	,868
Objectivos de vida: família	,145	3,455	<b>,001</b>	,052	1,486	,138	,061	1,594	,111	,135	3,167	<b>,002</b>
Objectivos de vida: amigos	,156	4,099	<b>,000</b>	,115	3,633	<b>,000</b>	,076	2,203	<b>,028</b>	,119	3,059	<b>,002</b>
Objectivos de vida: cultura e lazer	-,053	-1,277	,202	-,027	-,779	,436	,037	,978	,328	-,096	-2,266	<b>,024</b>
Objectivos de vida: participação cívica	-,052	-1,151	,250	,011	,289	,773	-,022	-,524	,600	-,045	-,973	,331
Objectivos de vida: participação política-partidária	,093	2,284	<b>,023</b>	,043	1,281	,200	,073	1,967	<b>,050</b>	,016	,383	,702
Situação contratual: trabalhador por conta de outrem	,030	,756	,450	,021	,652	,515	,227	6,368	<b>,000</b>	,149	3,727	<b>,000</b>
Vínculo: contrato de trabalho a tempo incerto	,045	1,220	,223	,034	1,107	,269	,207	6,142	<b>,000</b>	-,037	-,982	,327
Tipo de empresa: micro empresa	-,029	-,699	,485	-,047	-1,362	,174	-,066	-1,740	,082	-,032	-,759	,448
Tipo de empresa: PME	-,019	-,467	,640	,078	2,307	<b>,021</b>	,042	1,119	,264	-,327	-7,875	<b>,000</b>
Carga horária: mais de 40 horas semanais	,037	,891	,373	-,096	-2,764	<b>,006</b>	-,123	-3,246	<b>,001</b>	-,030	-,716	,474
Carga horária: menos de 30 horas semanais	-,002	-,040	,968	-,107	-3,172	<b>,002</b>	-,142	-3,869	<b>,000</b>	-,040	-,969	,333
Congruência: grau de adequação das funções à formação (auto-avaliação)	,117	2,768	<b>,006</b>	,229	6,503	<b>,000</b>	,085	2,213	<b>,027</b>	-,032	-,747	,456
Congruência: adequação da formação ao trabalho (auto-avaliação)	,269	6,477	<b>,000</b>	,430	12,476	<b>,000</b>	,236	6,258	<b>,000</b>	,147	3,499	<b>,000</b>
Congruência: grupo profissional adequado (hetero-avaliação)	-,020	-,504	,614	,027	,819	,413	,067	1,849	,065	-,022	-,546	,585

Os resultados reforçam o valor preditivo das condições de trabalho e da congruência entre a formação e o emprego, o que também se verifica noutros estudos (Fricko e Beehr, 1992; Schomburg, 2007; Wolniak e Pascarella, 2005), em especial no que diz respeito à satisfação com as oportunidades de prática e desenvolvimento de conhecimentos e competências e com os benefícios instrumentais do trabalho.

## **5. PRIMEIRO EMPREGO DOS LICENCIADOS**

No último ano das suas licenciaturas, a maioria dos inquiridos assumiu exclusivamente a condição de estudante a tempo inteiro (66,4). Segmentos mais limitados quantitativamente estudavam e executavam trabalhos ocasionais (19,2%) ou conjugavam o estudo com uma actividade profissional regular, na qualidade de trabalhadores estudantes (14,4%)<sup>12</sup>.

Passaremos a incidir a nossa análise sobre os não trabalhadores estudantes<sup>13</sup>. Um primeiro tema a abordar no quadro mais vasto dos processos de transição para o trabalho dos licenciados, relaciona-se com o acesso ao primeiro emprego regular<sup>14</sup>. É de sublinhar que só cerca de metade dos inquiridos declaram que sentiram ou ainda sentem (no caso daqueles que ainda estão desempregados) dificuldades na procura do seu primeiro emprego. Globalmente a Falta de experiência profissional, a Fraca oferta de empregos para licenciados na sua área científica e o Excesso de licenciados na sua área de formação são os itens que registam as médias mais elevadas<sup>15</sup>. Como salientámos anteriormente (Gonçalves, Menezes e Martins, 2009: 22) “se o primeiro item remete directamente para os atributos individuais dos inquiridos, assumindo estes tal facto como penalizante num acesso mais rápido e qualificante ao emprego, os outros dois acabam por direccionar a explicação do desemprego de inserção para os empregadores, públicos e privados, e para a Universidade, na qualidade de instituição de produção de licenciados”.

---

<sup>12</sup> No ponto 6 do presente Relatório abordaremos mais detalhadamente os atributos socioprofissionais dos trabalhadores estudantes.

<sup>13</sup> Vejam-se os quadros 22 a 40 do Anexo C:

<sup>14</sup> Considera-se emprego regular uma actividade profissional remunerada exercida continuamente a tempo inteiro ou a tempo parcial, isto é, não esporadicamente, como acontece com os trabalhos ocasionais.

<sup>15</sup> Numa escala de 1=Baixa dificuldade a 5=Elevada Dificuldade.

Quadro 5.1  
Tipos de dificuldades na procura do primeiro emprego regular

		1	2	3	4	5	6	7
FAUP	Média	2,98	4,70	2,72	3,98	3,60	2,13	4,49
	Desvio-Padrão	1,170	0,623	1,314	1,032	1,173	1,439	0,882
FBAUP	Média	3,41	3,26	4,13	4,23	3,77	2,13	3,62
	Desvio-Padrão	1,352	1,568	1,472	1,327	1,613	1,418	1,426
FCUP	Média	3,97	3,41	3,49	3,84	3,57	2,03	2,89
	Desvio-Padrão	1,187	1,179	1,333	1,376	1,379	1,217	1,375
FCNAUP	Média	3,79	2,47	3,42	3,58	3,37	2,05	3,89
	Desvio-Padrão	1,398	1,020	0,961	1,121	1,383	1,079	1,243
FADEUP	Média	3,19	4,24	2,43	2,71	2,86	2,14	3,33
	Desvio-Padrão	1,327	0,889	1,287	1,419	1,424	1,493	0,913
FDUP	Média	4,00	4,35	3,26	3,48	2,96	1,96	2,96
	Desvio-Padrão	1,128	1,112	1,514	1,620	1,770	1,397	1,894
FEP	Média	3,71	3,36	2,05	2,55	3,31	2,15	2,95
	Desvio-Padrão	1,272	1,238	1,145	1,214	1,413	1,407	1,193
FEUP	Média	3,82	3,32	2,75	3,14	3,14	2,48	3,20
	Desvio-Padrão	1,126	1,029	1,241	0,955	1,212	1,285	1,002
FFUP	Média	3,60	3,60	3,40	3,60	4,00	3,10	3,00
	Desvio-Padrão	1,075	0,843	1,174	1,075	1,155	1,524	1,333
FLUP	Média	3,99	3,78	3,91	4,31	3,71	2,06	3,18
	Desvio-Padrão	1,147	1,243	1,205	0,885	1,440	1,278	1,372
FMDUP	Média	3,65	4,71	2,76	3,76	3,76	1,88	3,24
	Desvio-Padrão	0,996	0,588	1,300	0,970	0,970	1,111	1,147
FPCEUP	Média	4,32	4,19	3,36	4,14	3,46	2,12	3,23
	Desvio-Padrão	0,993	1,275	0,939	0,959	1,255	1,145	1,285
ICBAS	Média	3,75	3,67	3,00	3,83	3,83	2,42	3,33
	Desvio-Padrão	0,965	1,231	1,414	1,115	0,937	1,165	1,371
Total	Média	3,84	3,70	3,33	3,81	3,52	2,11	3,22
	Desvio-Padrão	1,207	1,259	1,365	1,264	1,386	1,284	1,358

Legenda: 1 - Falta de experiência profissional; 2 - Excesso de licenciados na sua área de formação 3 - Desinteresse das entidades empregadoras pelos licenciados na sua área científica; 4 - Fraca oferta de empregos para licenciados na sua área científica; 5 - Fraca oferta de empregos na sua área geográfica de interesse; 6 - Discriminação no processo de selecção (em função do género, da idade, da situação social, da incapacidade física); 7 - Condições de trabalho (salário, horário, equipamentos, instalações) inaceitáveis.

Durante o período do desemprego de inserção (correspondente ao tempo de procura efectiva de emprego após a conclusão da licenciatura), 26,2% dos inquiridos realizaram ou ainda realizam trabalhos esporádicos ou ocasionais. O quadro abaixo apresenta uma lista agregada de actividades, em que a categoria dos Serviços Administrativos, Informáticos e *Call Centers* ocupa a posição cimeira, seguida da Educação e Formação. Numa posição mais distanciada, encontram-se as Actividades Artísticas e o Apoio à Investigação. Para este segmento de licenciados, predomina mais o trabalho de oportunidade, do que o desenvolvimento de actividades que directamente se relacionam com a sua formação académica. Individualmente ou em conjunto, diversas razões estão subjacentes aos licenciados por enveredarem por actividades daquela natureza. Obtenção de recursos financeiros, aquisição de



competências profissionais e obtenção de informações sobre os modos de funcionamento do mercado de trabalho (estas duas últimas percebidas pelos licenciados como aspectos a serem frequentemente valorizadas pelos empregadores, como efectivamente vem acontecendo) são algumas das razões mais importantes. Por outro lado, é patente actualmente uma maior oferta destas actividades, ao nível do mercado de trabalho, o que se encontra, entre outros aspectos, relacionado com a profusão de formas flexíveis e de alguma informalidade existente. Não se verifica para a nossa população que a realização de trabalhos esporádicos tenha possibilitado um ingresso mais rápido no emprego.

Quadro 5.2  
Tipos de actividades desenvolvidas pelos licenciados

	%
Serviços Administrativos, Informáticos e <i>Call Centers</i>	35,6
Actividades Artísticas	13,0
Trabalho Industrial	2,5
Apoio à investigação	12,5
Educação e Formação	24,8
Actividades Desportivas	2,4
Consultas (Psicologia, Medicina, Nutrição)	9,2
Total	100,0

No momento de aplicação do inquérito por questionário, 72,1% dos licenciados já tinham acedido a um emprego regular. Valor satisfatório. Por sua vez, 10,0% vivenciam ainda uma situação de desemprego de inserção. A estudar (especialmente em cursos de mestrado e doutoramento), a frequentar cursos de formação profissional ou a realizar estágios profissionais encontram-se 17,9% dos inquiridos. Observam-se diferenças entre as Faculdades (Quadro 5.3). As condições de acesso às profissões, as dinâmicas de funcionamento do mercado de trabalho (com uma mais ampla oferta de empregos, num momento temporal específico, para determinadas formações académicas em detrimento de outras), a expansão recente dos cursos de doutoramento e dos cursos de formação profissional são factores, entre outros, que tomados isoladamente ou em conjunto poderão explicar as diferenças assinaladas.

Quadro 5.3.  
Acesso ao primeiro emprego regular (% em linha)

	Não acedeu ao primeiro emprego regular e está em formação profissional ou a estudar	Não acedeu ao primeiro emprego regular e frequenta um estágio profissional	Ainda está à procura do primeiro emprego regular	Aceceu ao primeiro emprego regular
FAUP	3,1	28,1	14,1	54,7
FBAUP	15,9	9,1	29,5	45,5
FCUP	22,7	4,2	11,9	61,2
FCNAUP	3,7	-	11,1	85,2
FADEUP	-	6,7	3,3	90,0
FDUP	-	75,0	17,5	7,5
FEP	1,9	3,0	7,4	87,7
FEUP	4,2	4,2	3,3	88,3
FFUP	9,8	-	-	90,2
FLUP	11,2	4,7	21,0	63,1
FMUP	-	18,1	-	81,9
FMDUP	-	-	-	100,0
FPCEUP	9,0	9,0	12,8	69,2
ICBAS	1,6	22,2	1,6	74,6
Total	8,6	9,3	10,0	72,1

Em termos do encaminhamento da nossa análise interessa-nos abordar, em primeiro lugar, os licenciados que frequentam um estágio profissional. Para 68,1%, o estágio é obrigatório para o seu futuro exercício profissional. A esmagadora maioria recebe uma remuneração pelo estágio (81,9%). Quanto à distribuição por escalões de remuneração a situação é a seguinte: 42,5% (no escalão dos 801 a 1100 euros); 18,6% (no de 1101 a 1400 euros); 11,5% (igual ou inferior a 500 euros). Uma parcela ampla dos estagiários regista uma posição positiva face à remuneração que recebe (53,0% consideram que a remuneração actual dá para viver e 26,5% apontam mesmo que a remuneração recebida permite viver confortavelmente). Parcialmente numa postura inversa, estão 11,1% dos inquiridos que assinalam ser difícil viver com a remuneração e 8,5% ser muito difícil.

Focalizando a nossa leitura sobre os dados dos licenciados que ainda estão desempregados, conclui-se que 65,5% são mulheres. A duração média do desemprego é de 13,0 meses (12,9 meses para as mulheres e 13,2 para os homens). Impera o desemprego de longa duração (mais de 12 meses) que abrange 51,1% dos licenciados (64,2% são mulheres).

Tomando em conta o segmento dos licenciados que já acederam ao seu primeiro emprego regular após a finalização da licenciatura, constata-se que a média do período de obtenção desse emprego se fixou nos 3,5 meses (4,0 meses para as mulheres e 2,6 para os homens). Para 64,9% dos inquiridos, aquele período não ultrapassou os 3 meses. Ao fim de 6 meses estão empregados 84,3% e aos 12 meses a quase totalidade, 95,6%. O desemprego de longa duração é limitado (4,4%).

Quadro 5.4

Licenciados que acederam ao primeiro emprego regular após a conclusão da licenciatura, em meses (% em linha)

	Acendeu imediatamente	1-3	4-6	7-9	10-12	13-15	16 e mais
FAUP	2,9	60,0	22,8	2,9	8,5	2,9	-
FBAUP	15,0	25,0	20,0	10,0	15,0	15,0	-
FCUP	17,1	29,7	21,5	12,0	8,9	6,4	4,4
FCNAUP	21,7	30,4	43,5	4,4	-	-	-
FADEUP	3,7	63,0	18,5	11,1	-	3,7	-
FDUP	33,3	33,3	33,4	-	-	-	-
FEP	37,3	46,5	7,7	4,9	2,8	0,7	-
FEUP	40,6	46,0	8,1	2,7	2,7	-	-
FFUP	38,2	58,2	-	-	1,8	-	1,8
FLUP	11,1	38,6	25,2	8,1	10,4	2,2	4,4
FMUP	53,5	9,3	37,2	-	-	-	-
FMDUP	11,1	55,6	18,5	7,4	3,7	3,7	-
FPCEUP	5,6	16,7	35,2	7,3	20,3	13,0	1,9
ICBAS	48,9	10,8	34,0	2,1	2,1	-	2,1
Total	27,8	37,1	19,4	5,6	5,7	2,7	1,7

Quais os meios accionados pelos licenciados que já acederam ao seu primeiro emprego regular? A Auto-proposta (fortemente indicativa de uma acção pró-activa na procura de emprego pelos licenciados), o Anúncio e o Concurso público registam os valores mais elevados. Observa-se a importância dos Serviços de Emprego das Faculdades e dos Estágios profissionais, na qualidade de intermediários de emprego, na passagem da universidade para o emprego, o que no total representa 15,0% dos inquiridos. Os meios mais informais, como sejam os Familiares ou amigos, os Colegas da licenciatura – em que provavelmente pontificam as redes de entajuda e de amizade entre pares – os Professores da Faculdade, abrangem, no seu conjunto, 16,1% dos respondentes, valor em nada displicente para a identificação dos processos de acesso ao emprego. Só uma escassa parcela dos inquiridos obteve um emprego subsidiado (8,9%), fundamentalmente por via dos programas do Instituto de Emprego e Formação Profissional (68,9%).

Quadro 5.5  
Meios de acesso ao primeiro emprego usados pelos licenciados

	%
Auto-proposta	17,7
Por anúncio	17,0
Por concurso público	15,1
Centro de Emprego	1,3
Serviços de Emprego da Faculdade	8,3
Empresa de trabalho temporário	1,4
Familiares ou amigos	7,1
Colegas da licenciatura	4,6
Professores da Faculdade que frequentou	4,4
Instituições de formação profissional	0,2
Na sequência de um estágio profissional	6,7
Criou uma empresa	0,9
Começou a trabalhar como trabalhador independente	1,9
Concessão de uma bolsa num projecto de investigação	2,2
Outro	9,5
NR	1,7
Total	100,0

No que respeita ao grupo profissional, os Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas corresponde a 69,9% dos licenciados. Cerca de quatro quintos exercem actividades laborais que se categorizam nos grupos profissionais com maiores recursos educacionais, simbólicos e materiais – para além daquele grupo, também o dos Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa e o dos Técnicos e profissionais de nível intermédio. Os grupos do Pessoal Administrativo e Similares e do Pessoal dos Serviços e Vendedores, caracterizados genericamente pela sua diversidade interna e por exigências qualificacionais mais restritas comparativamente aos anteriores, apresentam valores limitados. Destacam-se pelos seus valores relativos profissões como consultor (4,5%); médico-internato (14,7%); professor do ensino básico e secundário (6,9%); economista (4,5%); escriturário (3,4%); psicólogo (2,9%); médico dentista (2,6%); engenheiro (11,4%); arquitecto (4,1%); farmacêutico (5,0%).

Quadro 5.6  
Grupos profissionais do primeiro emprego dos licenciados

	%
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	5,6
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	69,9
Técnicos e profissionais de nível intermédio	12,1
Pessoal Administrativo e Similares	5,0
Pessoal dos Serviços e Vendedores	3,2
Membros das Forças Armadas	0,2
Trabalhadores não qualificados	0,2
NR	3,8
Total	100,0

No que concerne à situação na profissão, 78,8% dos licenciados são assalariados. A categoria em segunda posição é a de trabalhador independente (mais uma vez aqui se coloca a interrogação se neste valor não estarão igualmente incluídas formas de assalariamento oculto ou de “falsos independentes”). A situação de patrão é notoriamente residual. A par disto, a precariedade contratual abrange 74,8% dos inquiridos (69,2% nos homens e 77,9% nas mulheres). O acesso ao emprego dos licenciados faz-se prioritariamente por via da instabilidade e da flexibilização contratual. A empresa privada ocupa, de modo saliente, a posição cimeira no leque de organizações empregadoras (sublinhe-se que 82,1% dos inquiridos tiveram ou têm o seu primeiro emprego no conjunto dos vários tipos de empresas consideradas no estudo). A Administração Pública (4,4%) e o Instituto Público (5,2%) assumem posições de limitada importância. A carga horária semanal é superior a 40 horas para 45,8%, enquanto 36,9% cumprem um horário entre as 31 e as 40 horas.

Quadro 5.7

Situação na profissão, vínculo contratual e tipo de organização do primeiro emprego dos licenciados

	%
Situação na profissão	
Trabalhador por conta própria com empregados	1,4
Trabalhador por conta própria sem empregados	1,4
Trabalhador independente	11,9
Trabalhador por conta de outrem	78,8
Bolseiro(a) num projecto de investigação científica	0,2
Outra situação	4,7
NR	1,6
Total	100,0
Vínculo Contratual	
Contrato de trabalho sem termo	22,7
Contrato de trabalho a termo certo	41,8
Contrato de trabalho a termo incerto	11,7
Contrato de prestação de serviços/recibos verdes	11,8
Bolsa num projecto de investigação científica	4,7
Avença	0,4
Sem contrato	4,3
Outra situação	0,6
NR	2,0
Total	100,0
Tipo de organização	
Empresa Privada	61,9
Empresa Pública	8,8
Empresa Mista	11,4
Administração Pública Central e Regional	0,8
Administração Pública Local	3,6
Instituto Público	5,2
Instituição Particular de Solidariedade Social	2,3
Outro	3,4
NR	2,6
Total	100,0

Em termos de sector de actividade, os sectores da Saúde e acção social, o das Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais e o da Educação têm as proporções mais elevadas (agregam em conjunto 62,7% dos respondentes). O emprego no primário é inexpressivo, no secundário (13,2%), a Construção destaca-se embora ligeiramente face às Indústrias Transformadoras e, por fim, o terciário concentra cerca de quatro quintos do total do primeiro emprego. Este é o sector de actividade económica por excelência gerador de postos de trabalho para os licenciados. Por outro lado, 62,9% dos licenciados trabalham no Grande Porto e 4,3% em outros países europeus.

Quadro 5.8  
Sector de actividade do primeiro emprego dos licenciados

	%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	0,9
Pesca	0,1
Indústrias extractivas	0,4
Indústrias transformadoras	4,5
Produção e distribuição de electricidade, de gás e água	1,2
Construção	7,5
Comércio por grosso e a retalho	4,0
Alojamento e restauração	0,8
Transportes, armazenagem e comunicações	2,6
Actividades financeiras	7,9
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	2,5
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2,1
Educação	13,6
Saúde e acção social	24,3
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	25,4
NR	2,2
Total	100,0

Tal como se verificou acima para o emprego actual, quanto ao rendimento mensal líquido auferido, cerca de três quartos dos licenciados distribuem-se, embora desigualmente, pelos escalões entre os 501 e os 1400 euros. Efectivamente o escalão correspondente aos 801 a 1100 euros apresenta a proporção mais levada (31,8%). No escalão mais baixo, estão 11,0% dos inquiridos e com um peso idêntico encontramos os que auferem mais de 1400 euros. Solicitados a posicionarem-se face ao rendimento que auferem, 51,3% consideram que o rendimento actual dá para viver. Para 46,4% a avaliação é menos positiva, indicam explicitamente ser difícil ou muito difícil viver com o seu rendimento.

Quadro 5.9  
Rendimento mensal líquido e posicionamentos sobre o rendimento

Escalões	%
Igual ou inferior a 500	11,0
De 501 - 800	21,5
De 801 - 1100	31,8
De 1101 - 1400	23,9
De 1401 - 1700	6,3
Igual ou superior a 1701	3,5
NR	2,0
Total	100,0
Posicionamento sobre o rendimento	
O rendimento actual permite viver confortavelmente	-
O rendimento actual dá para viver	51,3
É difícil viver com a remuneração actual	16,4
É muito difícil viver com o rendimento actual	30,0
NR	2,3
Total	100,0

Finalmente abordaremos a adequação entre as funções do primeiro emprego regular e a formação obtida na licenciatura da UPorto. A média atinge os 3,80<sup>16</sup>. Mais uma vez estamos perante um valor satisfatório e que testemunha a qualidade das articulações entre o ensino e o mercado de trabalho para uma parcela bastante significativa dos licenciados. Todavia, tal valor geral terá de ser relativizado face às diferenças de médias entre as Faculdades (variam entre 4,41 e 2,25). Convocámos o que dissemos antes a propósito do emprego actual – tais diferenças encontram-se influenciadas pelas condições de acesso e pelas posições no mercado de trabalho, que parcialmente reflectem a formação académica dos licenciados,

Quadro 5.10  
Relação entre o primeiro emprego e a formação académica

Faculdades	Média	Desvio-Padrão
FAUP	4,26	0,919
FBAUP	2,65	1,599
FCUP	3,72	1,463
FCNAUP	3,87	1,290
FADEUP	4,15	1,199
FDUP	2,25	2,754
FEP	3,56	0,887
FEUP	3,88	1,126
FFUP	4,04	0,942
FLUP	3,31	1,552
FMUP	4,22	1,601
FMDUP	4,41	0,844
FPCEUP	3,93	1,079
ICBAS	4,18	1,167
Total	3,80	1,313

<sup>16</sup> Numa escala de 1 = nada adequado a 5 = muito adequado.

Para a maioria dos inquiridos (56,8%), o seu emprego actual só pode ser executado por outrem com a mesma licenciatura. Numa postura de não fechamento e de monopólio como aquela, estão 20,4% que admitem a intermutabilidade e pluralidade de formações académicas para o exercício das suas actividades laborais. Face às desejáveis e esperadas articulações frutuosas entre ensino e emprego, o facto de 17,8% dos inquiridos considerarem que o seu trabalho pode ser realizado por um indivíduo com uma qualificação académica inferior à sua é de sublinhar como indiciador de uma posição de sobrequalificação académica no mercado de trabalho.

## **6. TRABALHADORES ESTUDANTES**

No decorrer do último ano da licenciatura, 14,4% dos licenciados inquiridos detinham uma actividade profissional regular. A maioria são mulheres (55,5%), com uma média de idade de 29,5 anos. Na estrutura etária o escalão dos 25 aos 29 anos com 47,1% detém a posição modal. Somente 12,6% tinha mais de 35 anos de idade.

Quais as posições que estes inquiridos ocupavam, no ano lectivo de 2005/06, no mercado de trabalho? Em termos de profissões, os grupos dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas e dos Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio registam os valores relativos mais expressivos, seguidos, não muito distanciados, do Pessoal dos Serviços e Vendedores Pessoal Administrativo e Similares. A situação de trabalhador por conta de outrem é fortemente expressiva (83,5%). Mais de metade dos inquiridos (59,8%) estavam numa situação de precariedade laboral (com particular destaque para o contrato a termo certo).



Quadro 6.1  
Profissão, situação na profissão e vínculo laboral dos trabalhadores estudantes

Grupo Profissional	%
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	1,7
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	25,0
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	24,2
Pessoal Administrativo e Similares	19,9
Pessoal dos Serviços e Vendedores	21,6
Membros das Forças Armadas	0,4
NR	7,2
Total	100,0
Situação na Profissão	
Trabalhador por conta própria com empregados	0,4
Trabalhador por conta própria sem empregados	2,5
Trabalhador independente	13,6
Trabalhador por conta de outrem	83,5
Total	100,0
Vínculo Laboral	
Contrato de trabalho sem termo	39,8
Contrato de trabalho a termo certo	31,8
Contrato de trabalho a termo incerto	5,5
Contrato de prestação de serviços/Recibos verdes	11,9
Avença	0,4
Sem contrato	8,1
Outra situação	2,5
Total	100,0

Unicamente 11,0% dos trabalhadores estudantes exerciam a sua actividade profissional na Administração Pública. A empresa privada agregava uma proporção importante de inquiridos (66,9%), o somatório dos licenciados a trabalharem nos vários tipos de empresas queda-se pelos 80,0%. No plano da dimensão das organizações empregadoras, públicas e privadas, destacam-se os escalões dos 11 a 100 trabalhadores e o de mais de 500 trabalhadores. Nas micro e pequenas organizações inseriam-se 12,7% dos respondentes. A terciarização imperava no emprego dos trabalhadores estudantes (78,8%); em contrapartida, o secundário quedava-se pelos 8,5%. Observando, de modo mais fino, os dados do quadro abaixo, detectam-se que determinados sectores têm valores expressivos, o caso de Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais, Educação e o Comércio por grosso e a retalho.

Quadro 6.2  
Tipos de organização, dimensão e sectores de actividade dos trabalhadores estudantes

	%
Tipos de organização	
Empresa Privada	66,9
Empresa Pública	8,9
Empresa Mista	4,2
Administração Pública Central e Regional	6,8
Administração Pública Local	4,2
Instituto Público	3,8
Instituição Pública de Solidariedade Social	2,3
Outro	2,9
Total	100,0
Dimensão da organização	
De 1 a 5 trabalhadores	12,7
De 6 a 10 trabalhadores	6,8
De 11 a 100 trabalhadores	27,5
De 101 a 500 trabalhadores	16,1
Mais de 500 trabalhadores	36,9
Total	100,0
Sector de Actividade	
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	0,4
Pesca	0,8
Indústrias Extractivas	0,4
Indústrias transformadoras	7,2
Produção e distribuição de electricidade, de gás e água	1,3
Construção	9,7
Comércio por grosso e a retalho	9,3
Alojamento e restauração	2,1
Transportes, armazenagem e comunicações	3,8
Actividades financeiras	9,7
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	1,7
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	6,4
Educação	15,3
Saúde e acção Social	5,9
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	24,6
NR	1,4
Total	100,0

Quais as trajectórias profissionais após a conclusão da licenciatura por parte dos trabalhadores estudantes? Um primeiro grupo, de acordo com o quadro 6.3, não regista qualquer mobilidade inter-organizacional (50,4%). Entretanto, 44,2% do total deste segmento obtiveram um aumento de remuneração mensal e só 13,3% mudaram de actividade profissional. No segundo grupo, inclui-se todos aqueles que permaneceram na organização, mas que posteriormente transitaram para o desemprego (9,4%). Apesar do seu limitado volume, aqui ficam mais alguns valores – do respectivo total, somente 9,1% mudaram de profissão e 9,3% receberam um acréscimo remuneratório. Para uma parcela ampla dos licenciados destes grupos a obtenção da licenciatura, até ao momento (e importa ter presente que estamos ainda numa fase inicial da sua trajectória profissional), não teve efeitos benéficos na qualidade da sua inserção no mercado de trabalho.

Quadro 6.3  
Trajectórias profissionais dos trabalhadores estudantes após a conclusão da licenciatura

	%
Permaneceu na organização, mantendo-se nela actualmente	50,4
Permaneceu na organização, mas mudou posteriormente	36,0
Permaneceu na organização, mas entrou no desemprego, onde se encontra actualmente	9,4
NR	4,2
Total	100,0

Finalmente, o terceiro grupo que se caracteriza por uma mobilidade entre empregos após a obtenção da titulação de licenciado (36,0%). Confrontando o emprego na qualidade de trabalhador estudante com o emprego na data de aplicação do inquérito por questionário, alguns dados merecem destaque (e que deixam antever evoluções diversas, em termos de acréscimo da qualidade do emprego, no mercado de trabalho). No plano das profissões, verifica-se o aumento relativo dos indivíduos inseridos nos grupos dos Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa, dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas e dos Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio. O forte predomínio do assalariamento mantém-se, bem como da instabilidade e precariedade contratual e da empresa privada como principal organização empregadora. É observável um pesado acréscimo da duração semanal de trabalho (o escalão de mais de 40 horas evolui de 22,4% para 42,0%, o que provavelmente decorre da passagem de empregos a tempo parcial para outros a tempo inteiro). O perfil de distribuição dos indivíduos pelos diversos sectores de actividade não apresenta alterações de monta – em ambos os empregos o terciário é dominante. Inquiridos sobre o grau de adequação das funções do seu emprego actual à sua licenciatura obteve-se um valor médio de 3,74<sup>17</sup>, o que é satisfatório e se compagina, em parte, com outras avaliações expressas pelos inquiridos, isto é, 37,8% apontam para que o seu emprego só possa ser realizado por indivíduos que tenham a mesma formação académica, enquanto 39,0% admitem que as suas funções possam ser executadas por licenciados com outra formação académica. Um segmento ainda importante vivencia uma situação de sobrequalificação académica (19,5%) ao considerar que a sua actividade pode ser executada por indivíduos detentores de um curso com um grau académico inferior ao seu.

## 7. TRAJECTÓRIAS NO MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO

Neste ponto iremos abordar, em primeiro lugar, alguns elementos identificadores das trajectórias profissionais dos licenciados e, posteriormente, a questão do desemprego.

<sup>17</sup> Numa escala de 1 = nada adequado a 5 = muito adequado.

Se tivermos presente que a população inquirida obteve a sua licenciatura no passado recente (ano lectivo de 2005/07)<sup>18</sup>, é efectivamente de esperar que não sejam relevantes os trajectos entre empregos e o próprio número de empregos até à data de aplicação do inquérito por questionário (recorde-se Janeiro a Abril de 2009). Do total do segmento que já acedeu ao primeiro emprego, 81,7% tiveram até àquele período um único emprego, 9,8% dois e 3,4% três e mais. Impera a estabilidade pela razão já referida.

Quais as formas de saída do primeiro emprego regular?<sup>19</sup> Sobressaem duas: Cessação do contrato a termo certo e Despedimento individual por iniciativa própria. Se a primeira traduz fundamentalmente a forte presença dos contratos de trabalho a termo no seio dos nossos inquiridos, a segunda aponta provavelmente a obtenção de um outro emprego com melhores atributos (materiais e simbólicos), como veremos mais à frente. Em parte, esta mesma explicação pode ser avançada para se dar conta do peso da Rescisão contratual por mútuo acordo.

Quadro 7.1  
Formas de saída do primeiro emprego regular

	%
Cessação do contrato a termo certo	31,7
Cessação da bolsa de investigação no âmbito de um projecto de investigação científica	2,7
Falência e/ ou encerramento da empresa	0,5
Despedimento colectivo	0,6
Despedimento individual por iniciativa da entidade empregadora	2,7
Despedimento individual por iniciativa própria	38,7
Rescisão contratual por mútuo acordo	16,1
Cessação do contrato de prestação de serviços	7,0
Total	100,0

Os licenciados também foram inquiridos sobre o grau de importância<sup>20</sup> de cada um dos motivos (apontados no Quadro 7.2) para a saída voluntária do seu primeiro emprego. Projecto de trabalho mais interessante (aspecto directamente relacionado com a qualidade intrínseca do trabalho), que regista a média mais elevada, e Melhor remuneração (neste caso relacionado com a vertente extrínseca do trabalho) destacam-se dos demais. Não se deixa também de registar as médias respeitantes às Melhores condições de trabalho e ao prestígio da função ou organização (que remete para a dimensão simbólica e identificadora que o trabalho detêm nas nossas sociedades).

<sup>18</sup> Uma trajectória que média entre os 15 e os 20 meses.

<sup>19</sup> Relembre-se que nos referimos unicamente aos licenciados que tiveram mais que um emprego.

<sup>20</sup> Numa escala de 1=nada adequado a 5=muito adequado.

Quadro 7.2  
Motivos para a saída do primeiro emprego

	Média	Desvio-Padrão
Projecto de trabalho mais interessante	4,09	1,497
Melhores condições de trabalho	3,37	1,774
Melhor remuneração	3,67	1,708
Função e/ou instituição mais prestigiante	3,10	1,650
Melhores relações de trabalho com as chefias/colegas	2,81	1,756
Melhor situação jurídica	2,52	1,663

Após a saída do primeiro emprego, 72,2% ingressam num novo emprego (os restantes permanecem no desemprego). Para 92,6% o período de desemprego não foi superior a 3 meses (para 60,7% a transição foi imediata). Estamos perante licenciados com uma importante capacidade de mobilidade no mercado de trabalho.

A transição do primeiro para o actual emprego conduziu a efectivas mudanças em termos profissionais? Confrontando os dois empregos, observa-se um aumento da proporção dos grupos dos Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa e dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas, em contrapartida, o peso dos Técnicos e profissionais de nível intermédio decresce ligeiramente e o grupo do Pessoal dos Serviços e Vendedores deixa de ter efectivos. Globalmente, existe um acréscimo qualificacional ao nível da estrutura ocupacional. Para alguns segmentos de licenciados, o primeiro emprego funcionou como um momento transitório, gerador de experiência profissional e de aprendizagem de novas competências profissionais e relacionais, que poderão potenciar (o que está fortemente dependente, entre outros aspectos, do volume da oferta de empregos disponíveis num determinado momento) a passagem para um outro emprego mais qualificante (em termos materiais e simbólicos). Uma evolução tão positiva não se vislumbra ao nível do vínculo contratual. O acréscimo do peso do contrato sem termo é acompanhado pela quase estabilização da posição relativa dos contratos precários.

Quadro 7.3  
Estrutura dos grupos profissionais e dos vínculos contratuais do primeiro e do actual emprego (%)

	1º Emprego	Emprego Actual
<b>Grupos Profissionais</b>		
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	2,7	5,4
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	70,3	77,6
Técnicos e profissionais de nível intermédio	14,1	11,6
Pessoal Administrativo e Similares	5,4	5,4
Pessoal dos Serviços e Vendedores	5,4	-
NR	2,1	-
Total	100,0	100,0
<b>Vínculo Contratual</b>		
Contrato de trabalho sem termo	12,5	16,8
Contrato de trabalho a termo certo	53,8	60,0
Contrato de trabalho a termo incerto	10,3	6,4
Contrato de prestação de serviços/recibos verdes	11,4	12,8
Bolsa em projecto de investigação	3,3	-
Avença	-	-
Sem contrato	7,1	1,6
Outra situação	1,6	2,4
Total	100,0	100,0

Como o desemprego tem afectado o segmento de licenciados que temos vindo analisar (referimo-nos unicamente aos que tiveram mais de um emprego)? A maioria considera que não vivenciou tal situação (corresponde genericamente a todos aqueles, já assinalados acima, que transitaram imediatamente de um emprego para outro). Por sua vez, 34,0% experienciaram duas ou mais situações de desemprego. A quase totalidade dos licenciados desempregados teve uma única situação. Predomina uma duração do desemprego não superior a 6 meses.

Quadro 7.4  
Desemprego ao longo da trajectória profissional

	%
<b>Frequência do desemprego</b>	
Nenhuma	66,0
Uma	27,5
Duas	6,5
Total	100,0
<b>Duração do desemprego</b>	
Menos de 6 meses	93,1
De 7 a 12 meses	4,6
13 e mais meses	2,3
Total	100,0

## 8. AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÉMICA

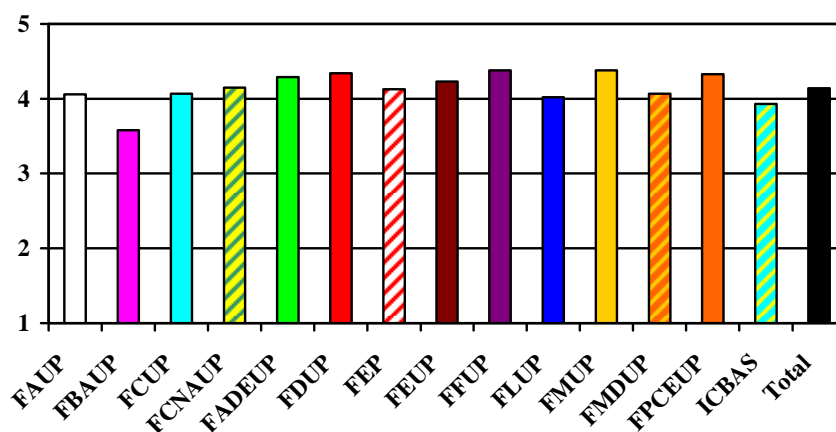
Tão como no observatório anterior, a avaliação da formação obtida na UPorto é francamente positiva (Quadro 8.1), com destaque para a promoção de conhecimentos teóricos<sup>21</sup>. A adequação ao mercado de trabalho é menos valorizada, ainda que se situe no pólo positivo da escala.

Quadro 8.1  
Avaliação da formação obtida na Universidade do Porto

	Média	DP
Conhecimentos teóricos	4,14	,721
Conhecimentos técnicos	3,48	,920
Competências profissionais	3,40	,966
Competências relacionais	3,55	,926
Enriquecimento pessoal	3,91	,876
Adequação ao mercado de trabalho	3,25	1,083

Novamente regista-se uma variação significativa desta avaliação em função da Faculdade (Gráficos 8.1 a 8.4), embora nenhuma Faculdade pareça deter o monopólio da satisfação com a formação. Destacamos aqui quatro dimensões: os conhecimentos teóricos, em que existe forte satisfação e pouca variação; as competências profissionais e relacionais, em que a variação é moderada; e a adequação ao mercado de trabalho em que a diversidade é mais expressiva e as faculdades que envolvem o acesso a estágio parecem envolver maior satisfação.

Gráfico 8.1  
Avaliação dos conhecimentos teóricos em função da Faculdade



<sup>21</sup> Dados por curso sobre a situação actual no mercado de trabalho podem ser consultados no Anexo C – Quadro 40.

Gráfico 8.2  
Avaliação das competências profissionais em função da Faculdade

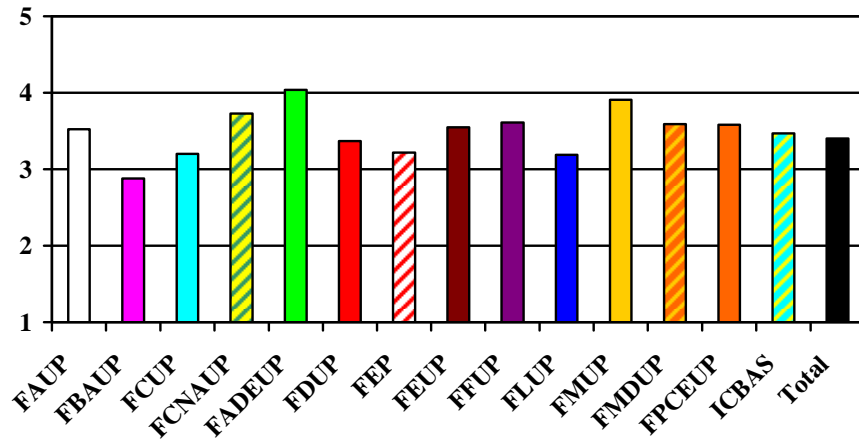


Gráfico 8.3  
Avaliação das competências relacionais em função da Faculdade

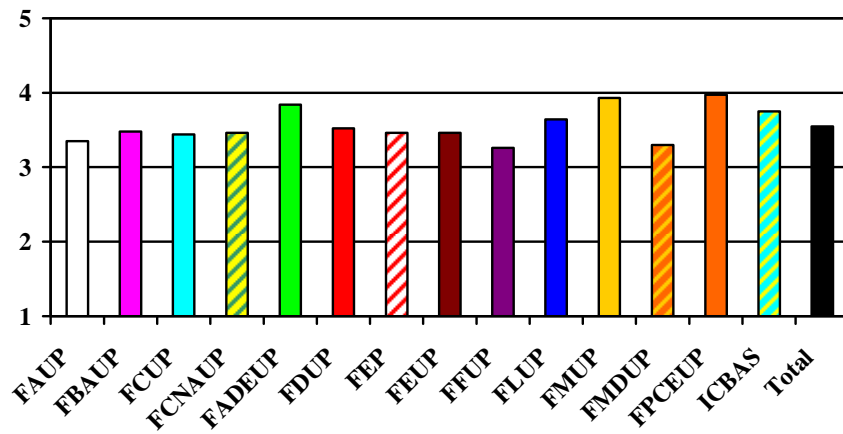
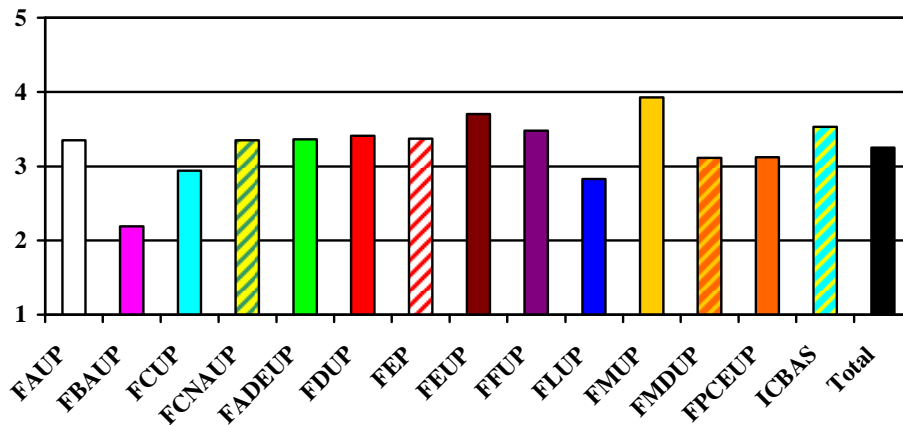


Gráfico 8.4  
Avaliação da adequação ao mercado de trabalho em função da Faculdade





É interessante notar que, contrariamente ao que se verificou no observatório dos diplomados de 2006, esta apreciação não varia de forma significativa em função do estatuto ocupacional actual. A excepção diz apenas respeito à adequação ao mercado de trabalho que os diplomados em situação de desemprego avaliam mais negativamente, como seria de esperar (Quadro 8.2); no entanto, esta avaliação só diverge significativamente dos que exercem uma profissão ou frequentam um estágio.

Quadro 8.2  
Avaliação da formação obtida na Universidade do Porto em função do estatuto perante o trabalho

		Média	DP
Adequação ao mercado de trabalho	Exerce uma profissão a tempo inteiro/parcial	3,30	1,085
	Desempregado(a)	2,88	1,142
	Exclusivamente estudante	3,15	1,050
	Frequenta um estágio	3,39	0,952
	Bolseiro(a) em projecto de investigação científica	3,26	1,019
	Outra situação	3,22	1,309
	Total	3,25	1,083

Finalmente, é curioso constatar a inexistência de diferenças de sexo na avaliação da qualidade da formação ao nível dos conhecimentos teóricos e técnicos, das competências profissionais e da adequação ao mercado de trabalho; mas as mulheres avaliam mais positivamente o impacto nas competências relacionais e no enriquecimento pessoal, embora as diferenças que não sejam particularmente expressivas (Quadro 8.3).

Quadro 8.3  
Avaliação da formação obtida na Universidade do Porto em função do género

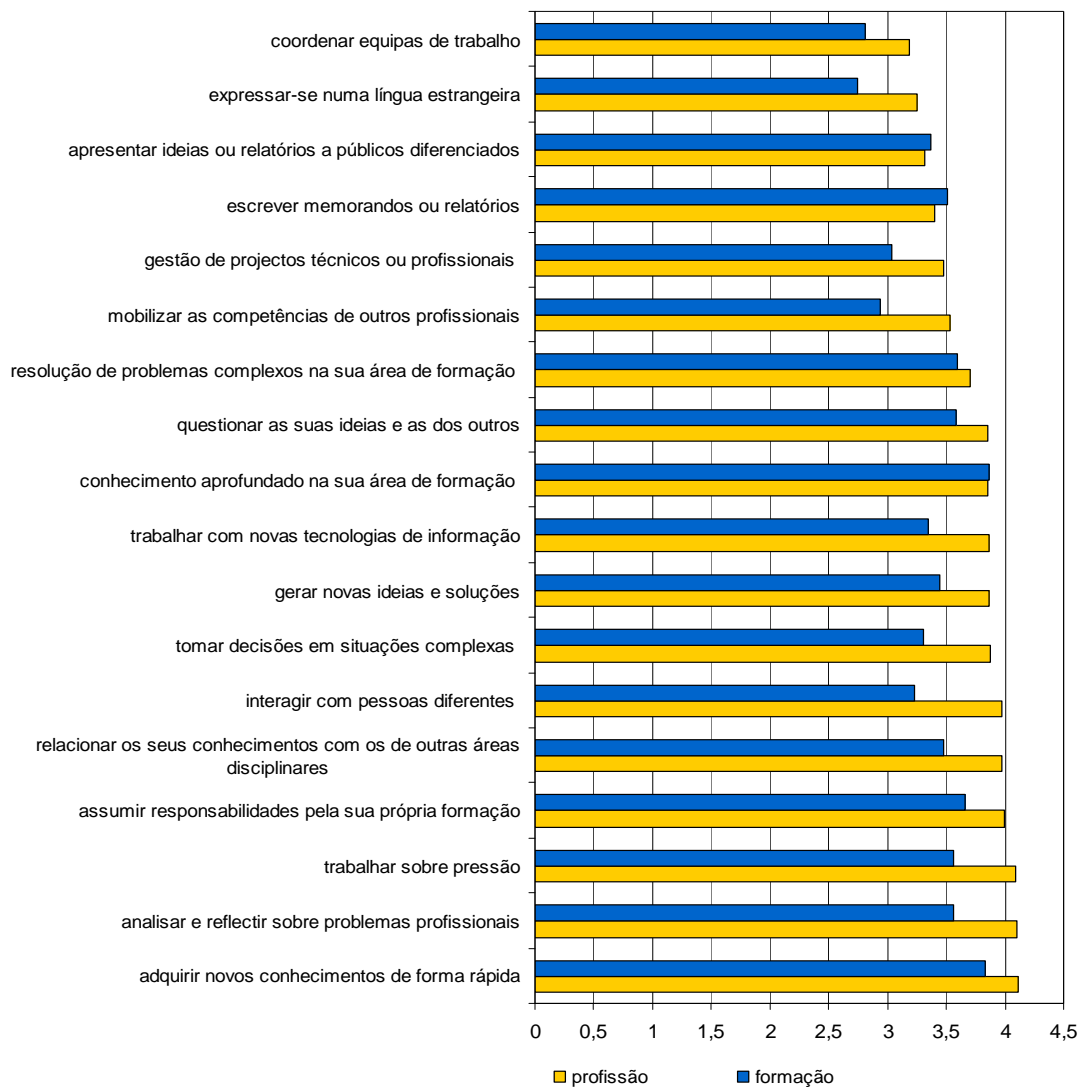
		Média	DP
Competências relacionais	Feminino	3,63	987
	Masculino	3,43	631
	Total	3,55	1618
Enriquecimento pessoal	Feminino	3,94	987
	Masculino	3,85	635
	Total	3,91	1622

Nesta edição do observatório acrescentamos uma questão em que os inquiridos analisam uma série de competências adquiridas ao longo da formação e a sua importância no contexto de trabalho<sup>22</sup>. Trata-se de confrontar, de forma mais detalhada, a eventual *décalage* entre as competências desenvolvidas no âmbito da formação e as exigidas pelo exercício profissional (Gráfico 8.5). Desde já importa salientar que se trata de pedir uma avaliação retrospectiva (“em

<sup>22</sup> Dados por curso sobre a situação actual no mercado de trabalho podem ser consultados no Anexo C – Quadro 41 e 42.

que medida a minha formação me preparou para ...”) que é contrastada com uma avaliação da situação actual (“em que medida a minha profissão exige que ...”), pelo que é de esperar uma tendência de resposta no sentido da desvalorização do “passado”. Apesar disto, a discrepância entre aquisições da formação e exigências da profissão não é muito acentuada; três competências que apresentam uma *décalage* mais acentuada são interagir com pessoas diferentes, mobilizar competências de outros profissionais e tomar decisões em situações complexas; no pólo oposto, aquelas em que a adequação da formação parece ser completa são: escrever relatórios ou memorandos, apresentar ideias ou relatórios a públicos diferenciados e deter um conhecimento aprofundado na sua área de formação.

Gráfico 8.5  
Comparação entre competências adquiridas na formação e exigidas no trabalho



A frequência de formação pós-graduada e a intenção de a obter são também indicadores da satisfação com a formação na UPorto. Neste caso, é relativamente curto o tempo que mediou entre a conclusão da licenciatura e a recolha destes dados (de 12 a 18 meses); no entanto, os resultados vão ao encontro dos dados do anterior observatório. Novamente, com excepção do Mestrado, é de sublinhar a baixa taxa de frequência de formação pós-graduada; no entanto, os inquiridos em formação frequentam, de forma maioritária, a UPorto (Quadro 8.4).

Quadro 8.4  
Frequência de formação pós-graduada e frequência na Universidade do Porto

		%
A frequentar	outra licenciatura	1,6
	pós-graduação	9,3
	mestrado	19,4
	doutoramento	4,1
A frequentar na UP	outra licenciatura	53,8
	pós-graduação	62,0
	mestrado	90,5
	doutoramento	75,8

Já quanto às intenções de realizar formação pós-graduada a confiança na formação na Universidade do Porto é francamente positiva, com 60% ou mais dos inquiridos que pretendem fazer formação a optarem pela UPorto; o doutoramento faz o pleno, com a totalidade dos diplomados a optarem pela UPorto (Quadro 8.5).

Quadro 8.5  
Intenção de frequência de formação pós-graduada e dessa frequência ser na Universidade do Porto

		%
Pretende vir a frequentar	outra licenciatura	8,2
	pós-graduação	36,8
	mestrado	41,1
	doutoramento	23,2
Pretende vir a frequentar na UP	outra licenciatura	65,2
	pós-graduação	63,7
	mestrado	69,2
	doutoramento	100,0

Assim, e novamente, todos os indicadores dão conta de uma avaliação muito positiva da formação obtida na Universidade do Porto, em particular no que se refere aos conhecimentos teóricos, mas também no domínio de competências relevantes para o trabalho, como são escrever relatórios ou memorandos, ou apresentar ideias ou relatórios a públicos diferenciados. Esta avaliação é consistente com o facto da maioria dos diplomados que frequentam formação adicional (pré e pós-graduada) ou que o pretendem fazer no futuro optarem pela Universidade do Porto como instituição formadora.

## 9. PROJECTOS PARA O FUTURO E OBJECTIVOS DE VIDA

Relativamente aos projectos para o futuro, e de forma até mais expressiva do que no observatório anterior, eventualmente por factores associados com a crise económica, a maioria dos diplomados visa, como seria de esperar, a manutenção da situação ocupacional actual, esperando, naturalmente, progredir na carreira na organização (Quadro 9.1)<sup>23</sup>. Aumentou também aqueles que perspectivam uma mudança de actividade profissional.

Quadro 9.1  
Projectos para o futuro

	%
Manter a situação ocupacional actual	12,2
Permanecer na empresa ou organização, mas progredir na carreira	36,9
Mudar de empresa ou organização	13,7
Mudar de empresa ou organização, mas mudando de actividade profissional	12,0
Encontrar emprego	16,1
Outro	9,2
Total	100,0

Novamente, a família surge como o domínio de vida mais importante, seguido de perto pelos amigos; o trabalho surge em 3º lugar e a cultura e lazer em 4º lugar (Quadro 9.2)<sup>24</sup>; a participação cívica volta a destacar-se da política-partidária que figura no pólo negativo da escala, tal como outros estudos têm revelado (Ferreira, 2006; Magalhães e Sanz Moral, 2008).

Quadro 9.2  
Importância de diferentes dimensões da vida

	Mínimo	Máximo	Média	DP
Família	1	5	4,79	0,531
Amigos	1	5	4,59	0,609
Trabalho	1	5	4,32	0,695
Cultura e lazer	1	5	4,23	0,696
Participação cívica	1	5	3,64	0,947
Participação política-partidária	1	5	2,29	1,149

<sup>23</sup> Dados por curso sobre a situação actual no mercado de trabalho podem ser consultados no Anexo C – Quadro 43.

<sup>24</sup> Dados por curso sobre a situação actual no mercado de trabalho podem ser consultados no Anexo C – Quadro 47.

Os diplomados das várias Faculdades diferenciam-se na importância atribuída às diferentes dimensões (Gráficos 9.1 a 9.6), o que confirma os estudos que sugerem uma relação entre a área de estudo e os objectivos de vida, na medida em que a escolha de uma área de estudo envolve valores (Garcia-Aracil, Gabaldon, Mora e Vila, 2007; Schomburg, 2007). Embora a variabilidade não seja muito expressiva, há padrões de valorização esperados: os diplomados de Letras são dos que mais valorizam a cultura e o lazer, a participação cívica e política; os diplomados de Arquitectura também são dos que mais valorizam a cultura e o lazer; os diplomados de Direito são dos que mais valorizam a participação cívica e política; os diplomados de Belas Artes e de Desporto também valorizam especialmente a participação cívica; e, curiosamente, os diplomados de Economia e de Engenharia dos que menos importância atribuem ao trabalho.

Gráfico 9.1  
Importância da família em função da Faculdade

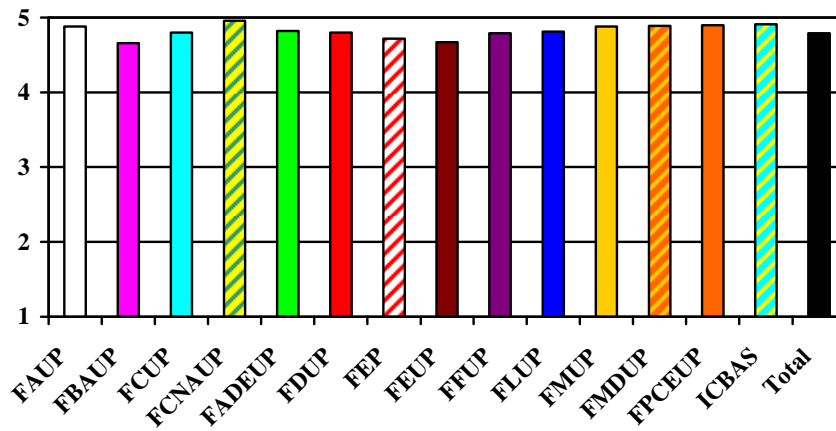


Gráfico 9.2  
Importância dos amigos em função da Faculdade

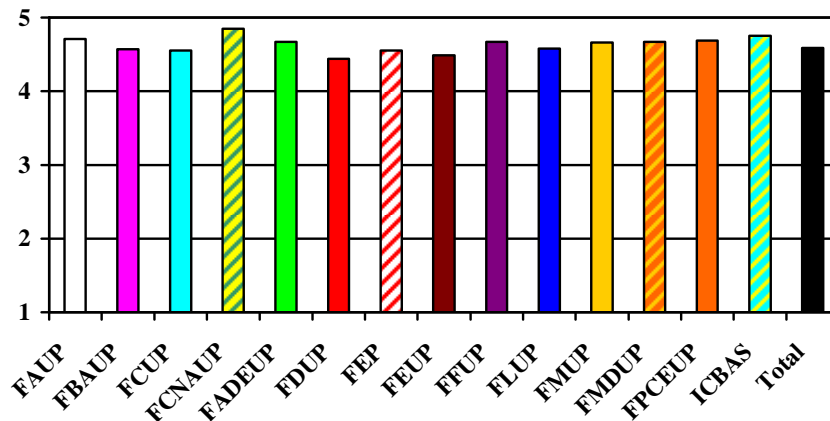


Gráfico 9.3  
Importância do trabalho em função da Faculdade

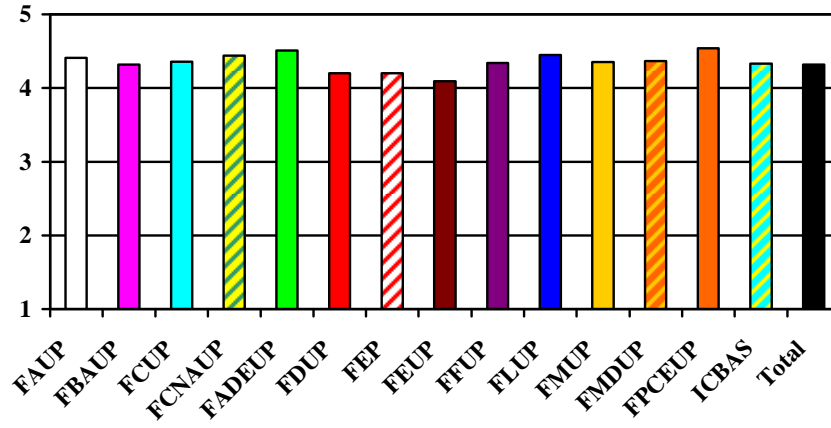


Gráfico 9.4  
Importância da cultura e lazer em função da Faculdade

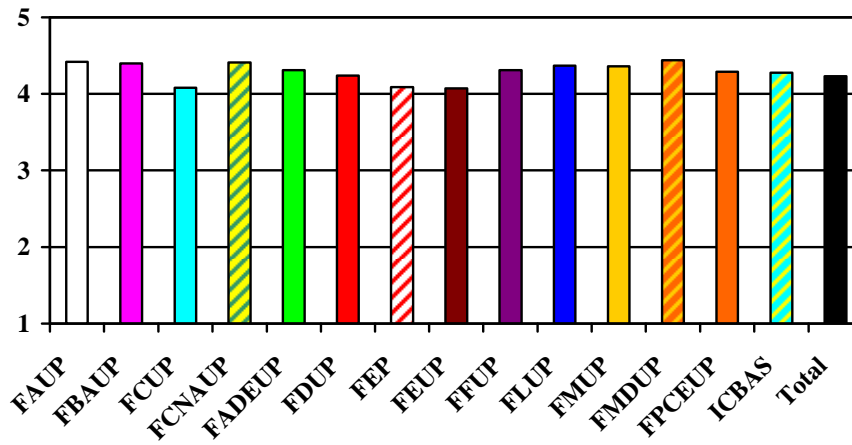


Gráfico 9.5  
Importância da participação cívica em função da Faculdade

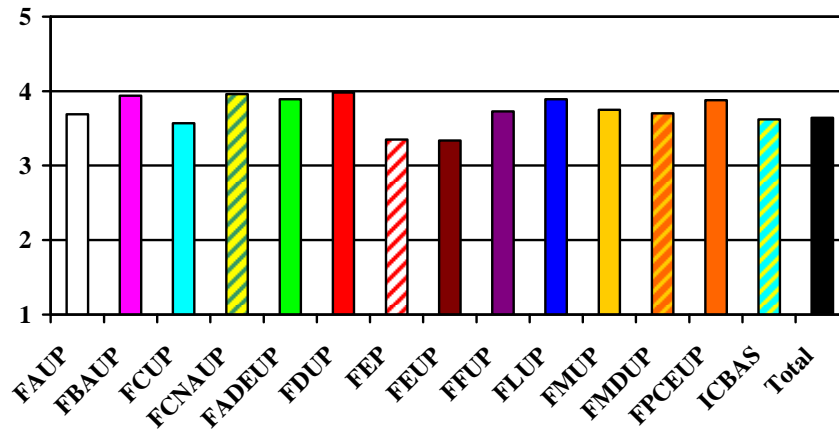
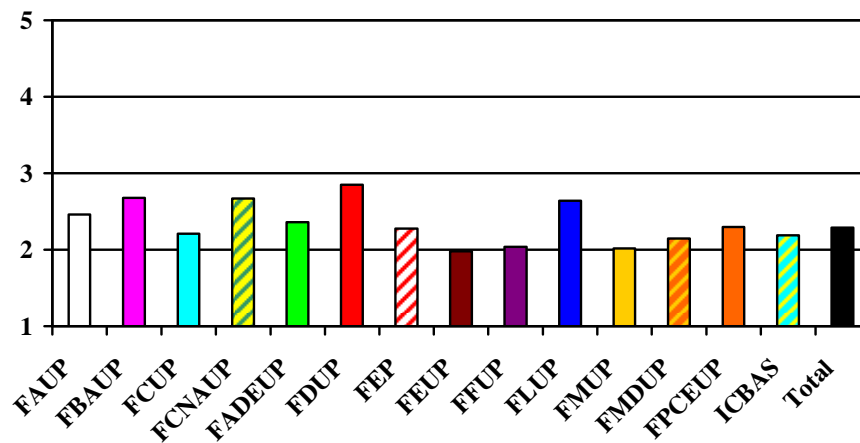


Gráfico 9.6  
Importância da participação política-partidária em função da Faculdade



Também relativamente ao sexo há diferenças significativas em todas as dimensões, com as mulheres a atribuírem sempre mais importância (Quadro 9.3). Saliente-se, novamente, que estas diferenças, embora não muito expressivas, se estendem a áreas não tradicionais, como é o caso do trabalho e da política.

Quadro 9.3  
Importância das diferentes dimensões da vida em função do género

		Média	DP
Família	Feminino	4,87	,431
	Masculino	4,67	,639
	Total	4,79	,531
Amigos	Feminino	4,66	,569
	Masculino	4,49	,653
	Total	4,59	,609
Trabalho	Feminino	4,44	,635
	Masculino	4,15	,746
	Total	4,32	,695
Cultura e lazer	Feminino	4,28	,675
	Masculino	4,14	,719
	Total	4,23	,696
Participação cívica	Feminino	3,78	,874
	Masculino	3,43	1,015
	Total	3,64	,947
Participação política-partidária	Feminino	2,38	1,157
	Masculino	2,16	1,125
	Total	2,29	1,149

Finalmente, apenas há diferenças significativas entre os diplomados na valorização destas dimensões em função do estatuto ocupacional actual no trabalho e na participação cívica. O trabalho é, e compreensivelmente, significativamente mais importante para quem está desempregado em comparação com quem exerce uma profissão; e a participação cívica emerge como mais saliente para quem está noutra situação ocupacional – o que inclui quem se dedica apenas ao trabalho doméstico, quem está reformado ou incapacitado para o trabalho – o que indicia o importante papel integrador de actividades de voluntariado e participação.

Quadro 9.4  
Importância do trabalho e da participação cívica em função do estatuto ocupacional actual

	Média	DP
	Trabalho	
Exerce uma profissão a tempo inteiro/parcial	4,29	,701
Desempregado(a)	4,51	,634
Exclusivamente estudante	4,40	,685
Frequenta um estágio	4,30	,684
Bolseiro(a) em projecto de investigação científica	4,28	,751
Outra situação	4,59	,618
Total	4,32	,695
	Participação cívica	
Exerce uma profissão a tempo inteiro/parcial	3,62	,948
Desempregado(a)	3,66	,931
Exclusivamente estudante	3,64	,935
Frequenta um estágio	3,67	,970
Bolseiro(a) em projecto de investigação científica	3,90	,900
Outra situação	4,41	,795
Total	3,64	,947

Tal como na edição anterior, emerge claramente um padrão em que as dimensões relacionais (família e amigos) da existência prevalecem face à importância do trabalho, este último novamente com uma importância muito próxima da atribuída à cultura e lazer.



## 10. PISTAS COMPARATIVAS ENTRE OS RESULTADOS DO ESTUDO DOS LICENCIADOS DE 2005/06 E O ESTUDO DOS LICENCIADOS DE 2006/07

Neste ponto do Relatório iremos, sumariamente, realizar um exercício comparativo entre os estudos sobre a transição para o trabalho dos licenciados da UPorto dos anos 2005/06 e 2006/07. Elegemos para o efeito alguns dos indicadores que traduzem os aspectos que considerámos mais relevantes, no quadro da complexidade e da diversidade que permeia os processos de transição.

Globalmente com um período de aplicação de duração idêntica, os dois inquéritos por questionários *on-line* (na sua estrutura temática e de *lay-out* genericamente idêntica)<sup>25</sup> obtiveram elevadas taxas de respostas com um grau robusto de representatividade, por Faculdades e para uma parcela substancial dos cursos. Facto bastante positivo e que deve ser sublinhado principalmente atendendo aos constrangimentos, de natureza diversa, que condicionam a obtenção de extensas e robustas amostras intencionais.

Quadro 10.1  
Indicadores globais

	Licenciados 2005/06	Licenciados 2006/07
Período de Aplicação do Inquérito.	Junho a Agosto de 2008	Janeiro a Abril de 2009
Taxa de Resposta (%)	50,0	53,3
Situação no Mercado de Trabalho (%)		
Empregados	68,9	66,6
Bolsseiros	3,1	2,4
Desempregados	9,3	9,9
Formação profissional	0,2	0,9
Estágio profissional	7,2	9,6
Estudantes	7,7	9,4
Taxa de Desemprego (Portugal)	7,7	8,9

Os estudos ocorreram num contexto sócio-económico pesadamente marcado pela crise de desemprego que vive o país e designadamente a Região Norte. Em ambos os momentos, uma parcela importante dos licenciados exercia uma actividade económica remunerada (empregados

<sup>25</sup> Recorde-se que no inquérito por questionário aplicado aos licenciados de 2006/07 foi aplicada uma bateria de itens sobre as relações entre competências, formação académica e profissão, o que não tinha acontecido anteriormente.

e bolsiros em conjunto), sendo a proporção de desempregados idêntica, e rondando cerca de um décimo de cada uma das amostras. No grupo dos estudantes, embora com alguma variabilidade conforme o curso, predominava a frequência de mestrados e doutoramentos.

Em termos dos indicadores que identificam o emprego à data de aplicação do inquérito não se detectam amplas diferenças. Em ambos, o perfil do emprego assenta no predomínio dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas, no assalariamento, na precariedade laboral, na empresa privada e na Saúde e acção social (para 2005/06) ou Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais (para o ano lectivo seguinte).

Quadro 10.2.  
Indicadores do emprego dos licenciados à data de aplicação dos inquéritos (%)<sup>26</sup>

	2005/06	2006/07
<b>Grupo Profissional</b>		
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	68,2	63,9
Técnicos e profissionais de nível intermédio	14,0	15,4
<b>Situação Laboral</b>		
Trabalhador independente	13,0	12,6
Trabalhador por conta de outrem	77,2	80,6
<b>Vínculo Contratual</b>		
Contrato de trabalho sem termo	26,7	28,6
Contrato de trabalho a termo certo	37,1	38,7
Contrato de trabalho a termo incerto	8,1	10,6
Contrato de prestação de serviços/recibos verdes	12,7	12,8
<b>Tipo de Organização</b>		
Empresa Privada	59,3	64,2
Empresa Pública	10,2	9,3
Empresa Mista		10,2
<b>Sector de Actividade</b>		
Educação	11,4	14,1
Saúde e acção social	20,2	22,0
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	19,8	24,5

Na relação entre o emprego dos licenciados às datas de aplicação dos dois inquéritos e a formação académica, é patente um acréscimo da média geral. Nesse sentido vai a maioria das Faculdades

<sup>26</sup> São indicados unicamente os valores estatisticamente mais relevantes. O total de cada grupo não perfaz cem por cento.

Quadro 10.3

Relação entre o emprego dos licenciados à data de aplicação dos inquéritos e a formação académica

	2005/06		2006/07	
	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão
FAUP	3,53	0,979	4,29	0,938
FBAUP	4,33	0,651	2,59	1,622
FCUP	3,35	1,190	3,77	1,417
FCNAUP	3,70	1,031	4,00	1,188
FADEUP	3,70	1,031	4,17	1,129
FDUP	3,47	1,281	3,33	2,082
FEP	3,76	1,052	3,67	0,852
FEUP	3,67	0,891	4,03	1,000
FFUP	3,37	1,149	3,98	0,897
FLUP	3,03	1,508	3,55	1,419
FMUP	3,83	0,742	4,60	0,866
FMDUP	4,04	0,539	4,50	0,707
FPCEUP	3,58	0,844	3,91	1,007
ICBAS	3,84	0,543	4,07	1,265
Total	3,54	1,112	3,92	1,178

No que concerne a satisfação com o emprego, os valores são também similares para os diplomados de 2005/06 e de 2006/07: nos dois casos destaca-se a satisfação com as oportunidades de autonomia e relacionamento e de desenvolvimento de competências; embora positiva é menos expressiva a satisfação com os benefícios instrumentais e com a carga de trabalho.

Para os licenciados, o primeiro emprego é assumido como um momento fundamental no processo de transição entre a Universidade e o trabalho. Por um lado, é a ultrapassagem da, nem que seja conjuntural, situação de desempregado, por outro esse emprego é percebido como um espaço que poderá possibilitar a aquisição de experiência e de novos conhecimentos e de aplicação, sujeitos ou não a reformulação, dos conhecimentos e competências apreendidos durante a longa formação académica. O quadro abaixo apresenta alguns indicadores sobre o acesso ao primeiro emprego regular. Se a proporção dos que acederam ao emprego, em 2005/06, é mais elevada (para o que concorre principalmente o peso mais reduzido dos que estão a frequentar um estágio profissional) comparativamente ao outro ano lectivo, em contrapartida neste o tempo médio é mais baixo (mantendo-se, todavia, a desigualdade entre géneros, expressa na penalização das licenciadas). Uma outra leitura ainda se pode realizar: ao fim de seis meses estavam empregados 81,8% (2005/06) e 84,3% (2006/07); por sua vez, no desemprego de longa duração existia igualmente uma certa vantagem deste último ano com 4,3% face a 2005/06 com 6,8%.

Quadro 10.4  
Indicadores de acesso ao primeiro emprego dos licenciados (%)

	2005/06	2006/07
<b>Acesso ao primeiro emprego regular</b>		
Não acedeu ao primeiro emprego regular e está em formação profissional ou a estudar	7,7	8,6
Não acedeu ao primeiro emprego regular e frequenta um estágio profissional	5,4	9,3
Ainda está à procura do primeiro emprego regular	10,0	10,0
Acedeu ao primeiro emprego regular	76,9	72,1
Total	100,0	100,0
<b>Tempo médio dos licenciados que acederam ao primeiro emprego regular após a conclusão da licenciatura</b>		
HM	4,2 meses	3,5 meses
H	3,6 meses	2,6 meses
M	4,6 meses	4,0 meses
<b>Licenciados que acederam ao primeiro emprego regular após a conclusão da licenciatura (%)</b>		
Acedeu imediatamente	21,3	27,8
1 a 3 meses	39,0	37,1
4 a 6 meses	21,5	19,4
7 a 9 meses	5,6	5,6
10 a 12 meses	5,7	5,7
13 a 15 meses	2,8	2,7
16 e mais meses	4,0	1,7
NR	0,4	-
Total	100,0	100,0

Embora com algumas diferenças, quase sempre de pequena amplitude (a mais notória corresponde à empresa mista), o leque de indicadores sobre o primeiro emprego dos licenciados em cada um dos anos lectivos considerados segue o perfil apontado antes para o emprego actual.

Quadro 10.5  
Indicadores do primeiro emprego dos licenciados (%)<sup>27</sup>

	2005/06	2006/07
Grupo Profissional		
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	73,6	69,9
Técnicos e profissionais de nível intermédio	11,8	12,1
Situação Laboral		
Trabalhador independente	13,8	11,9
Trabalhador por conta de outrem	75,0	78,8
Vínculo Contratual		
Contrato de trabalho sem termo	22,4	22,7
Contrato de trabalho a termo certo	38,5	41,8
Contrato de trabalho a termo incerto	7,5	11,7
Contrato de prestação de serviços/recibos verdes	14,0	11,8
Tipo de Organização		
Empresa Privada	60,7	61,9
Empresa Pública	9,6	8,8
Empresa Mista	4,9	11,4
Sector de Actividade		
Educação	14,0	13,6
Saúde e acção social	25,4	24,3
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	23,9	25,4

No ano lectivo de 2006/07, a relação entre o primeiro emprego e a formação académica regista um valor médio superior ao ano antecedente. Em escassas Faculdades esta tendência não foi seguida.

Quadro 10.6  
Relação entre o primeiro emprego e a formação académica

Faculdades	2005/06		2006/07	
	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão
FAUP	3,49	0,919	4,26	0,919
FBAUP	4,14	0,949	2,65	1,599
FCUP	3,39	1,099	3,72	1,463
FCNAUP	3,58	1,065	3,87	1,290
FADEUP	3,67	1,465	4,15	1,199
FDUP	3,47	1,246	2,25	2,754
FEP	3,77	1,053	3,56	0,887
FEUP	3,64	0,934	3,88	1,126
FFUP	3,50	1,198	4,04	0,942
FLUP	3,19	1,373	3,31	1,552
FMUP	3,83	0,706	4,22	1,601
FMDUP	4,00	0,535	4,41	0,844
FPCEUP	3,46	0,999	3,93	1,079
ICBAS	3,86	0,560	4,18	1,167
Total	3,58	1,062	3,80	1,313

<sup>27</sup> São indicados unicamente os valores estatisticamente mais relevantes. O total de cada grupo não perfaz cem por cento.

Finalmente, os índices de satisfação com a formação adquirida na Universidade do Porto são francamente positivos nos dois estudos, tanto no que concerne à avaliação do impacto da formação na promoção de competências relacionais e profissionais e, especialmente, de conhecimentos teóricos, como no que se refere à frequência (ou intenção de frequência) de formação pós-graduada, em que a grande maioria dos diplomados optaria novamente pela Universidade do Porto.

## **CONCLUSÕES**

Esta nova edição do Observatório de Emprego da Universidade do Porto volta a destacar-se pela elevada percentagem de participação dos licenciados da UPorto (2006/2007), o que garante a robustez dos dados e a validade da análise dos seus processos de transição para o trabalho. Não é demais destacar o muito relevante papel desempenhado pelos serviços de apoio ao emprego das várias Faculdades e do Gabinete do Antigo Estudante da Reitoria, bem como a generosa disponibilidade dos diplomados que participaram no estudo.

Os resultados revelam que, no momento da recolha dos dados (entre Janeiro de Abril de 2009), a maioria dos licenciados está a trabalhar (69,0%) ou em formação (10,5%), 9,4% continuam a estudar e 9,9% encontram-se desempregados; destes últimos, a maioria são mulheres. Os diplomados que trabalham são, na sua maioria, assalariados com um emprego qualificado, com um contrato de trabalho a termo certo (38,7%), numa empresa privada do sector terciário; a grande maioria avalia este emprego como adequado à sua formação e mesmo com uma forte articulação entre a profissão e a licenciatura. Estes licenciados apresentam níveis positivos de satisfação com o seu trabalho, especialmente no que concerne à autonomia e relacionamento e às oportunidades de aplicação e de desenvolvimento de conhecimentos e de competências. Também aqui as condições de trabalho e a congruência percebida entre a formação e o emprego são preditores importantes destes níveis de satisfação.

Relativamente às dificuldades no acesso ao primeiro emprego, os motivos mais referidos são a falta de experiência profissional, a fraca oferta de empregos para licenciados na sua área científica e o excesso de licenciados na sua área de formação. Os que já acederam ao emprego demoraram, em média, cerca de 3,5 meses a encontrar emprego; mais de 80% estão empregados ao fim de 6 meses. Os meios de acesso ao emprego envolvem a auto-proposta, o anúncio ou o concurso, mas também os serviços de emprego da faculdade ou meios informais (professores, amigos, familiares). Este primeiro emprego geralmente caracteriza-se por um vínculo precário, numa empresa privada, no sector terciário e com uma razoável adequação à formação. Sendo verdade que muitos dos licenciados se mantêm ainda, como seria de esperar, neste emprego, aqueles que mudaram demoraram, em média, menos de três meses a encontrar

novo emprego; esta mudança não se traduz em alterações do vínculo profissional, mas tende a implicar um acréscimo qualificacional ao nível da estrutura ocupacional.

A maioria dos licenciados que eram trabalhadores estudantes no último ano da sua licenciatura permanece na mesma organização após a conclusão do curso (50,4%), mantendo a mesma actividade mas aumentando, em muitos casos (44,2%) o seu salário. Embora positivos, estes dados sugerem a necessidade de uma maior sensibilização das organizações empregadoras para o incremento das qualificações dos seus trabalhadores. Para os 36% que mudaram de organização tende a aumentar a qualidade do trabalho desempenhado, mas também o horário de trabalho.

Relativamente à satisfação com a qualidade da formação, destaca-se, novamente, uma elevada satisfação com a formação obtida na UPorto, especialmente positiva no que se refere aos conhecimentos teóricos e enriquecimento pessoal e menos saliente face à adequação ao mercado de trabalho; apenas esta última dimensão é influenciada pelo estatuto laboral, sendo os desempregados os menos satisfeitos. A *décalage* entre aquisições da formação e exigências da profissão não é muito acentuada; os licenciados salientam a validade da sua formação no domínio de competências como escrever relatórios ou memorandos, apresentar ideias ou relatórios a públicos diferenciados e deter um conhecimento aprofundado na sua área; e registam a necessidade de insistir em domínios como interagir com pessoas diferentes, mobilizar competências de outros profissionais e tomar decisões em situações complexas. É de salientar que a grande maioria dos que estão a realizar formação pós-graduada ou que o pretende fazer no futuro escolhe a UPorto como instituição formadora, o que revela a confiança que depositam na instituição.

Finalmente, a grande maioria dos licenciados deseja manter a situação laboral actual, o que é particularmente compreensível no contexto de crise económica acentuada que temos vivido no último ano. Esta situação pode, como propúnhamos no relatório anterior, relacionar-se com a maior saliência dos contextos relacionais (família e amigos) face ao trabalho enquanto dimensões da existência.

Na globalidade, é possível reafirmar a conclusão do observatório anterior: “não obstante o conjunto dos dados recolhidos demonstre que o ensino universitário continua a constituir uma plataforma de acesso ao emprego para a grande maioria dos graduados, regista-se também uma intensificação da precariedade dos vínculos contratuais” (Gonçalves, Menezes & Martins, 2008, p. 45). No entanto, sai reforçada a ideia de que a congruência entre formação e emprego – que a Universidade do Porto parece, claramente, assegurar – é determinante para a satisfação com o emprego.

Para concluir, retomamos as duas principais sugestões do observatório anterior – a diversificação pela UPorto da oferta de formações pós-graduas e a sensibilização das entidades empregadoras para as mais-valias dos licenciados da UPorto – e sugerimos uma

leitura atenta, em cada Faculdade, da avaliação de discrepâncias entre aquisições da formação e exigências da profissão que pode revelar interessantes pistas para a organização de experiências de aprendizagem (curriculares e extra-curriculares) na oferta formativa da UPorto.



## Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira *et al* (2003), *Diversidade na Universidade*, Oeiras, Celta.
- ALVES, Mariana Gaio (2007), *A inserção profissional de licenciados de ensino superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*, Lisboa, FCG.
- ALVES, Natália (2001), *Trajectórias académicas e de inserção profissional dos licenciados (1994-1998)*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- ALVES, Natália (2005), *Trajectórias académicas e de inserção profissional dos licenciados (1999-2003)*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- ARROTEIA, Jorge e MARTINS, António (1998), *Inserção Profissional dos licenciados pela Universidade de Aveiro*, Aveiro, UA.
- BALSA, Casimiro (org) (2001), *Perfil dos estudantes do ensino superior*, Lisboa, CNASES/CEOS.
- FERNANDES, António Teixeira *et al* (2001), *Estudantes do ensino superior no Porto. Representações e práticas culturais*, Porto, Afrontamento.
- FERREIRA, Pedro D. (2006), *Concepções de direitos activos de cidadania e experiências de participação na sociedade civil*. Tese de Doutoramento não publicada. FPCE.
- FRICKO, Mary Ann M. e BEEHR, Terrya (1992), A longitudinal investigation of interest congruence and gender concentration as predictors of job satisfaction. *Personnel Psychology*, 45, 1, 99-117.
- GARCÍA-ARACIL, Adela, GABALDÓN, Daniel, MORA, José-Ginés e VILA, Luís E. (2007). The relationship between life goals and fields of study among young European graduates. *Higher Education*, 53, 6, pp. 843-865.
- CONÇALVES, Carlos Manuel, MENEZES, Isabel e MARTINS, Clara (2009), *Transição para o trabalho dos licenciados da Universidade do Porto (2005/06)*, Porto, Universidade do Porto/observatório do Emprego, documento policopiado.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (Coord.) (2009), *Licenciados, precariedade e família*, Porto, Estratégias Criativas.
- GONÇALVES, Albertino (2001), *As asas do diploma: a inserção profissional dos licenciados pela Universidade do Minho*, Braga, UM.
- GONÇALVES, Carlos Manuel, PARENTE, Cristina e VELOSO, Luísa (2001), “Licenciados em sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho” in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, vol. XI, pp. 31-94.
- GONÇALVES, Carlos Manuel, PARENTE, Cristina e VELOSO, Luísa (2004) – Licenciados em sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, vol. XIV, pp. 253-297.

- INOFOR (2001), *1º inquérito de percursos aos licenciados do ensino superior*, Lisboa, documento policopiado.
- MAURITTI, R. e MARTINS, S., (2007), “Estudantes do ensino superior: contextos e origens sociais”, in António Firmino da Costa *e al*, *Portugal no Contexto Europeu. Vol. II: Sociedade e Conhecimento*, Lisboa, Celta, pp. 85-101.
- MENEZES, Isabel, AFONSO, Rosa, GIÃO, Joana & AMARO, Gertrudes (Eds.) (2005), *Conhecimentos, concepções atitudes e práticas de cidadania dos jovens portugueses*. Lisboa: DGIC.
- SCOMBURG, H. e TEICHLER, U. (2006), *Higher education and graduate employment in Europe*, New York, Springer.
- SCOMBURG, H. (2007), Work orientation and job satisfaction, in TEICHLER, U. (2007), *Careers of university graduates*, New York, Springer, pp. 247-263.
- TEICHLER, U (2007), *Careers of university graduates*, New York, Springer.
- TEIXEIRA, Pedro M. (2004), *Cidadania na Universidade: Um estudo das concepções e práticas de cidadania de estudantes da Universidade do Porto e sua relação com as experiências académicas e extra-académicas*. Tese de Mestrado não publicada. FPCE.
- TEICHLER, U. (2005), *Graduados y empleo: investigación, metodología e resultados*, Madrid, Miño y Dávila.
- VEIGA, C. Sofia (2008), *O impacto do envolvimento dos estudantes universitários em actividades extra-curriculares no empowerment psicológico e no desenvolvimento cognitivo-vocacional*. Tese de Doutoramento não publicada. FPCE.
- WOLNIAK, G. C. e PASCARELLA, E. T. (2005), The effects of college major and job field congruence on job satisfaction. *Journal of Vocational Behaviour*, 67, 2, pp. 233-251.